

Número: 60

Horta, Quarta-Feira, 19 de Novembro de 1986

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA REGIONAL

III Legislatura

III Sessão legislativa

Presidente: Deputado Reis Leite

Secretários: Deputados Jorge Cabral e Manuel Goulart (substituído, aquando da eleição do novo Secretário, pelo Sr. Deputado Manuel Valadão)

SUMÁRIO

Os trabalhos iniciaram-se às 15.00 horas.

No Período de Antes da Ordem do Dia foi referida a correspondência, tendo sido lidos alguns requerimentos apresentados pelos Srs. Deputados.

Entrou-se de seguida no período destinado a intervenções de interesse político relevante para a Região, tendo usado da palavra as Sras. Deputadas Gabriela Silva (PSD) e Cinelândia Sousa (PSD).

No Período da Ordem do Dia procedeu-se, por escrutínio secreto, à eleição do 2º Secretário da Mesa, tendo sido apresentada uma única lista, uninominal, com o Sr. Deputado Manuel Ferraz da Silva Valadão.

Feita a chamada para votação, votaram 40 Deputados, tendo o Sr. Deputado obtido 25 votos a favor, 14 votos contra e 1 abstenção.

Encerrado que foi o processo, a Mesa ficou assim constituída:

Presidente: Deputado José Guilherme Reis Leite.

Vice-Presidentes: Deputados Fernando Manuel de Faria Ribeiro e Fernando Flor de Lima.

Secretários: Deputados Jorge do Nascimento Cabral e Manuel da Silva Ferraz Valadão.

Passou-se de seguida, à apresentação dos Relatórios das Comissões Permanentes da Assembleia elaborados ao abrigo do artigo 33º do Regimento, que foram os seguintes:

- Relatório da Comissão Permanente de Organização e Legislação;
- Relatório da Comissão Permanente para os Assuntos Políticos e Administrativos;
- Relatório da Comissão Permanente dos Assuntos Sociais;

- Relatório da Comissão Permanente para os Assuntos Económicos e Financeiros;
- Relatório da Comissão Permanente para os Assuntos Internacionais.

De seguida, passou-se à apreciação das propostas do Plano e Orçamento da Região para 1987.

Após a apresentação das propostas pelo Sr. Secretário Regional das Finanças, Álvaro Dâmaso, seguiu-se o período destinado à formulação de perguntas, em que usaram da palavra os Srs. Deputados Dionísio de Sousa (PS), Alvarino Pinheiro (CDS) e José Decq Mota (PCP).

Para responder às perguntas formuladas, usaram da palavra os seguintes Membros do Governo: Secretário Regional das Finanças, Álvaro Dâmaso; Secretário Regional do Comércio e Indústria, Costa Santos; Secretário Regional da Agricultura e Pescas, Adolfo Lima; Secretário Regional dos Assuntos Sociais, Costa Neves; Secretário Regional da Educação e Cultura, António Maria Mendes; Sub-Secretário Regional da Cooperação Externa, Freitas da Silva e Secretário Regional dos Transportes e Turismo, Tomaz Duarte.

Passou-se de seguida à discussão das propostas do Plano e Orçamento, tendo intervindo o Sr. Deputado Carlos César (PS).

Os trabalhos terminaram às 20.10 horas.

Presidente: Vai proceder-se à chamada. (Eram 15.00 horas)

(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Srs. Deputados: PSD - Adelaide Teles, Álvaro Monjardino, António Silveira, Carlos Teixeira, David Santos, Fernando Faria, Pacheco de Almeida, Flor de Lima, Gabriela Silva, Helder Cunha, João de Brito, João Vasco Paiva, Jorge Cabral, Jorge Cruz, José Leovigildo, José Carlos Simas, Cinelândia Sousa, Madruga da Costa, Manuel Ávila, Mário Castro, Mário Freitas, Manuel Melo, Manuel Valadão, Natalino Viveiros, Reis Leite, Renato Moura; PS - Carlos César, Carlos Mendonça, João Sousa Braga, Dionísio de Sousa, Hélio Pombo, Simas Santos, João Carlos Macedo, José Manuel Bettencourt, Manuel Goulart, Manuel Serpa, Raimundo Mesquita; CDS - Alvarino Pinheiro; PCP - José Decq Mata).

Presidente: Estão presentes 39 dos Srs. Deputados. Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Passamos ao Período de Antes da Ordem do Dia, com a leitura da correspondência.

Recebi do Sr. Ministro da República as seguintes comunicações:

- "De acordo com o estabelecido no nº 2 do artigo 278º da Constituição da República Portuguesa, requeri ao Tribunal Constitucional a fiscalização preventiva da constitucionalidade orgânica de todas as normas constantes do Decreto Legislativo Regional nº 19/86 aprovado por essa Assembleia Regional, em 10 de Outubro de 1986".

- "De acordo com o estabelecido no nº 2 do artigo 278º da Constituição da República Portuguesa, requeri hoje ao Tribunal Constitucional a fiscalização preventiva da constitucionalidade das normas contidas nos artigos 1º a 5º, 8º nº 2, 10º, 13º, 14º 16º e 17º do Decreto Legislativo Regional nº 26/86, aprovado por essa Assembleia Regional, em 16 de Outubro de 1986".

Como já é do conhecimento dos Srs. Deputados, o Tribunal Constitucional já comunicou ter recebido estes pedidos e a Presidência da Assembleia, nos termos constitucionais, também já deu o seu parecer.

Os Srs. Secretários vão fazer o favor de ler os requerimentos.

Secretário (Manuel Goulart): Um requerimento dos Srs. Deputado Regionais Adelaide Medina Teles e Helder Tristão da Cunha, do PSD, que diz o seguinte:

"Considerando que o porto de pesca do Carapacho, na Ilha Graciosa, de há muito carece de obras de beneficiação:

Considerando que é com enorme dificuldade e risco para os barcos que estes são varados pelos pescadores;

Considerando que o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas tem manifestado intenção de mandar proceder às obras necessárias.

Requeremos ao abrigo das disposições regimentais que nos sejam prestadas as seguintes informações:

1 - O porto de pesca do Carapacho na Ilha Graciosa foi já objecto de algum estudo técnico?

2 - Para quando se prevê o início das obras de beneficiação do referido porto?

Horta, 18 de Novembro de 1986.

Os Deputados Regionais: Adelaide Medina Teles, Helder Tristão da Cunha.

Secretário (Jorge Cabral): Dos mesmos Srs. Deputados, um requerimento do seguinte teor:

"Considerando que se encontram colocados na Escola Preparatória de Santa Cruz da Graciosa perto de 40% de professores com habilitação própria de grau superior;

Considerando que, anualmente, se ausentam desta ilha um número considerável de alunos para as ilhas Terceira e S. Miguel, a fim de prosseguirem os seus estudos para além do 9º ano de escolaridade.

Considerando que tal ausência, além de sobrecarregar os orçamentos familiares, contribui para a desagregação da família.

Pergunta-se, ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias aplicáveis, que medidas vai tomar a Secretaria Regional da Educação e Cultura no sentido de se iniciar a leccionação do 10º Ano de Escolaridade e seguintes na Escola Preparatória de Santa Cruz da Graciosa.

Horta, 18 de Novembro de 1986.

Os Deputados Regionais: Adelaide Medina Teles, Helder Tristão da Cunha.

Presidente: Para tratar de assuntos com interesse político relevante para a Região, tem a palavra a Sra. Deputada Gabriela Silva.

Deputada Gabriela Silva (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros

do Governo:

Segundo a Organização Mundial de Saúde, o alcoolismo é considerado uma doença. Todavia, a legislação internacional do trabalho, considera-o motivo para despedimento com justa causa. Podemos interrogar-nos porque motivo as coisas se passam assim, já que ninguém é despedido de uma empresa por sofrer, por exemplo de diabetes ou hipertensão.

O facto é que o alcoolismo é uma doença especial que afecta, não só o portador da enfermidade, mas todos aqueles que o rodeiam com incidência particularmente grave no ambiente familiar e no mundo do trabalho.

Começaremos por definir o que é a doença alcoólica:

Será que o indivíduo que se embriaga no dia de S. Martinho ou na noite de fim de ano é um doente alcoólico? Logicamente, não. Temos, pois, que definir a diferença entre alcoólico agudo e alcoólico crónico. O primeiro caso diz respeito à ingestão maciça esporádica de grandes quantidades de álcool, por um indivíduo que habitualmente não bebe ou então bebe moderadamente; no segundo caso há uma intoxicação do organismo e uma dependência física e psicológica da droga (álcool) que fazem do seu consumidor um verdadeiro doente.

Sabe-se que o fígado humano só pode metabolizar um grama de álcool por cada quilo de peso e por dia, o que significa em termos de vinho de 12° e para um homem de 70 kg o equivalente a uma garrafa de vinho diária, dividida pelas duas refeições.

Acontece, porém, que o bebedor excessivo consome ao longo do dia quantidades muito maiores, podendo chegar à noite sem estar embriagado, tendo contudo consumido o dobro ou triplo do que o seu organismo suporta. O excesso vai ficando acumulado no seu corpo e destruindo aos poucos o equipamento enzimático do fígado. Este indivíduo sofrerá um dia de tremores, ansiedade ou depressão, dores musculares, etc., e para que tudo isto lhe passe, necessitará de beber logo pela manhã. Nessa altura deixou de ser livre; é um doente alcoólico.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Infelizmente não podemos isolar os Açores do todo o nacional onde existem cerca de um milhão de bebedores excessivos dos quais quinhentos mil são já verdadeiros doentes alcoólicos. Trezentos mil necessitam tratamento especializado e urgente.

Segundo dados estatísticos, o alcoolismo constitui a terceira causa de morte em Portugal logo a seguir ao cancro e às doenças cardiovasculares.

Como é que o alcoolismo mata? Por razões directas (cirrose hepática, tuberculose, úlceras gastroduodenais, etc.) e por razões indirectas (acidentes de viação, acidentes de trabalho, etc.). Em termos gerais temos no país cerca de vinte mil óbitos anuais devido ao álcool, o que dá cerca de cinquenta mortos por dia.

Seria altura para perguntar quantos açorianos morrem por ano pelo mesmo motivo?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Se houvesse no mercado um medicamento, um pesticida, um alimento contaminado que cometesse tal devastação de vidas, o que aconteceria? Afadigavam-se os meios de Comunicação Social, reunia o Governo de emergência e sabe-se lá que mais para atacar o mal. Todavia vivemos numa região onde o número de alcoólicos é já muito elevado e são os próprios órgãos de comunicação a divulgar e incentivar o hábito de beber aliando às bebidas alcoólicas falsas ideias de felicidade e bem estar. Diríamos que vivemos numa sociedade que fabrica alcoólicos para depois os rejeitar e afastar quando caídos no fosso da doença e da dependência.

Não vamos dizer que em si mesmo o álcool tomado em quantidades moderadas seja totalmente condenável. Não podemos porém passar sem referir as pessoas que jamais o devem consumir mesmo em quantidades mínimas - grávidas, mães que amamentam, jovens com menos de dezasseis anos, indivíduos que tomam medicamentos psicotrópicos, epilépticos e doentes alcoólicos recuperados. Estes últimos não podem voltar a tocar em álcool sob pena de sofrerem uma recaída, uma vez que perderam totalmente o sentido da moderação. Neste sentido os especialistas em alcoologia recomendam - beba moderadamente para poder beber toda a vida.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Srs. Membros do Governo:

Esta nossa intervenção pretende fundamentalmente alertar.

Não seria possível determinar no espaço de tempo que nos dá esta tribuna as causas que levam um indivíduo a tornar-se alcoólico nem tão pouco determinar as motivações que levam alguns homens de coragem a assumirem a doença e a fazerem tratamento de recuperação. Não posso porém deixar de prestar uma homenagem ao Centro de Alcoólicos Recuperados dos Açores (CARA) e ao trabalho desenvolvido no sentido de libertar algumas pessoas do hábito de beber. Que a coragem desses seja incentivo para que muitos outros lhes sigam as pisadas.

Não posso deixar de referir que sendo este o Ano Europeu da Segurança Rodoviária será lamentável que se continue transformando as nossas estradas em cemitérios do vício e da desgraça que o álcool tem provocado.

Com dez anos de regime autonómico, de que muito nos orgulhamos, é fundamental que a sua consolidação tenha na base a saúde das nossas populações. Precisamos de homens sãos de corpo e espírito capazes de conduzir a região para caminhos de futuro com mais riqueza, mais paz, mais liberdade.

Disse.

(Palmas de toda a Câmara)

Presidente: Tem a palavra a Sr<sup>a</sup> Deputada Cinelândia Sousa.

Deputada Cinelândia Sousa (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Vimos assistindo a uma mutação fundamental da sociedade: a Escola separa os jovens dos adultos e obriga-os a fazer uma aprendizagem da vida social entre jovens. A "Adultizarem-se" entre eles.

A passagem da infância para a idade adulta prolonga-se, e prolonga, por sua vez, a indeterminação das formas de pensamento, o poder de sonhar o Mundo e de viver com uma concepção liberta das realidades.

Complicando o fenómeno, a medicina e a higiene asseguram nos jovens, muito mais cedo que outrora, a plena posse das suas funções biológicas adultas, mas, contrariamente a sua autonomia encontra-se cada vez mais retardada.

O desenvolvimento físico acelerado está desfasado do desenvolvimento afectivo, moral, intelectual: encontramos à nossa volta indivíduos com corpos de mulheres e de homens, mas com intellectos de crianças. Os nossos filhos têm necessidade de matriz social, do meio familiar, durante mais tempo.

Inúmeros adolescentes são casados e pais de famílias e não atingiram ainda a própria autonomia, sinal de maturidade, da condição de adulto.

Muitos deles, os melhores frequentemente, prolongam a Escola e a conquista da "Avaliação" pelo desejo de não saírem deste período intermediário.

Recusam-se a tornarem-se adultos. Esta fuga para fora das realidades é prolongada pela sociedade e mais precisamente pela Escola, que não dá a menor abertura sobre os problemas da vida adulta e que é a causa da ausência da função social da juventude.

A nossa sociedade, enclausurando os jovens nas Escolas, não o faz em função da respectiva idade.

Os jovens têm a consciência de que foram afastados das responsabilidades, e são mantidos num "ghetto".

Participaram na redistribuição dos proventos sociais (os seus direitos) sem tomar a sua parte activa na produção (os seus deveres).

Crianças sócio-culturais prolongadas, dão-se a um activismo idealista, seja a contestação, o medo, a ansiedade...

Certos jovens renunciam e isolam-se em comunidades de abandono, na fuga da droga, ou nos valores novos, que a sociedade não pode continuar a admitir.

Outros denunciam em nome do direito à liberdade, a igualdade, a fraternidade, o amor, a democracia, a justiça e a paz.

Verificamos o despertar duma reacção emotiva e de conflito entre jovens, que os levam a voltar as costas à realidade e a procurar a sua identidade num modo de vida que lhes pertence exclusivamente, porque a sua característica essencial é um estilo de vida em que a realidade aparece determinada pela experiência.

Para as gerações recentes esse estilo de vida foi modelado pela ruptura dos laços familiares, influenciado pelo bombardeamento constante de imagens e de sons provenientes das emissões televisivas.

Este extraordinário fluxo de informação, deixa para trás de si, como saldo de conta, uma crescente crise de consciência. E os jovens têm consciência de tal pressão.

Os jovens vêm glorificar a sociedade onde vivem, mas apercebem-se que ela não é tão perfeita como lhes dizemos.

Descobrem que à grandeza da democracia política, social ou cultural falta-lhe a concretização e acabamento.

Descobrem igualmente, a insanidade desenfreada da guerra, de que são as primeiras vítimas, e do mesmo modo a corrupção, o despotismo, a diferença entre o que se realiza e o que se preconiza.

Será pois surpreendente que eles se recusem a aceitar valores invalidados pelos actos?

A juventude é a criação da idade moderna, o que equivale a dizer que é com as estruturas e as coisas, que tem hoje de se entender e criar relações, para definição da condição humana e construir um destino.

- a dimensão da família
- a dimensão do trabalho
- a dimensão política, afectiva, física e artística.

Disse.

(Palmas das bancadas do PSD, PS e CDS)

Presidente: Srs. Deputados, não havendo mais inscrições, para intervenções no Período de Antes da Ordem do Dia, dou por encerrado este período.

Passaremos ao Período da Ordem do Dia.

O nosso 1º ponto é a "Eleição do Secretário para a Mesa da Assembleia", em substituição do actual Secretário Manuel Goulart que pediu a renúncia.

A Mesa recebe listas uninominais, nos termos regimentais.

Até ao momento só me foi entregue uma lista.

Se há mais listas agradeço que as entreguem na Mesa.

Parecendo não haver mais listas, eu vou anunciar esta que foi apresentada pelo Partido Social Democrata e que diz:

"Os deputados abaixo assinados, nos termos do nº 2 do artigo 13º do Regimento, propõem para Secretário da Mesa da Assembleia Regional o Deputado Manuel da Silva Ferraz Valadão.

Horta, Sala das Sessões, 19 de Novembro de 1986.

Ass.: José Renato Medina Moura, Adelaide Maria Medina Teles, David M. Santos, Américo Natalino de Viveiros, Mário Nogueira de Castro".

Eu vou mandar fazer os boletins de voto.

Portanto, estão interrompidos os nossos trabalhos, enquanto se fazem os boletins.

(Eram 15.45 horas)

Presidente: Estão reabertos os nossos trabalhos.

(Eram 15.55 horas)

Vamos proceder à votação. O Sr. Secretário faz favor de proceder à chamada.

(O Sr. Secretário procedeu à chamada para a votação, tendo votado os seguintes Deputados:

PSD: Adelaide Teles, Álvaro Monjardino, António Silveira, Carlos Teixeira, David Santos, Fernando Faria, Pacheco de Almeida, Flor de Lima, Gabriela Silva, Helder Cunha, João de Brito, João Vasco Paiva, Jorge Cabral, Jorge Cruz, José Leovigildo, José Carlos Simas, Cinelândia Sousa, Madruga da Costa, Manuel Ávila, Mário Castro, Mário Freitas, Manuel Melo, Manuel Valadão, Natalino Viveiros, Reis Leite, Renato Moura; PS: Carlos César, Carlos Mendonça, João Sousa Braga, Dionísio de Sousa, Francisco Sousa, Hélio Pombo, Simas Santos, João Carlos Macedo, José Manuel Bettencourt, Manuel Goulart, Manuel Serpa, Raimundo Mesquita; CDS: Alvarino Pinheiro; PCP: José Decq Mota).

Presidente: Deram entrada na urna 40 votos.

(Pausa)

Srs. Deputados, o resultado da votação foi o seguinte:

Secretário: Manuel Valadão: 25 votos a favor, 14 votos contra e 1 abstenção.

O Sr. Deputado Manuel Valadão foi eleito.

Portanto, peço-lhe que ocupe o seu lugar como Secretário aqui na Mesa.

Passamos agora ao ponto n.º 2 da nossa ordem de trabalhos, que são os Relatórios das Comissões Permanentes, nos termos do artigo 33º do Regimento da Assembleia:

- Relatório da Comissão Permanente de Organização e Legislação.

Pergunto ao Sr. Presidente da Comissão se deseja ler o relatório ou se dispensa a leitura?

Deputado Carlos Mendonça (Presidente): Dispensamos a sua leitura.

Presidente: Está dispensada a leitura.

Se há, da parte dos Srs. Deputados, pedidos de esclarecimento, agradeço que os fizessem. Não há pedidos de esclarecimento.

- Passamos ao Relatório da Comissão Permanente para os Assuntos Políticos e Administrativos.

Fica também dispensada a leitura deste relatório.

Se há pedidos de esclarecimento, os Srs. Deputados façam o favor de os fazer. Também não há pedidos de esclarecimento.

-Relatório da Comissão Permanente dos Assuntos Sociais.

Fica também dispensada a sua leitura.

Se há pedidos de esclarecimento a fazer, agradeço que os façam. Não há pedidos de esclarecimento.



- Relatório da Comissão Permanente para os Assuntos Económicos e Financeiros.

Não há também leitura deste relatório.

Se há pedidos de esclarecimento, agradeço que os façam. Não há também pedidos de esclarecimento.

- Relatório da Comissão Permanente para os Assuntos Internacionais.

Também não há leitura.

Se há pedidos de esclarecimento, agradeço que os façam. Não há pedidos de esclarecimento.

Passamos agora ao 3º ponto da nossa ordem de trabalhos que são as Propostas do Plano e Orçamento da Região Autónoma dos Açores, para 1987.

A disciplina regimental que seguiremos neste debate, é a que se encontra na Resolução da Assembleia Regional nº 6/85/A.

Vamos começar pela apresentação.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças para apresentar, perante o Plenário, o Plano e Orçamento e dispõe de um período de 60 minutos.

Secretário Regional de Finanças (Álvaro Dâmaso):

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Cumpr-me apresentar e justificar o Plano e o Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 1987. Faço-o no momento e local próprios, quer dizer, a tempo de que possam entrar em vigor no primeiro dia do ano a que dizem respeito - regra de ouro da nossa Administração - e perante quem tem e deve continuar a ter a competência para decidir sobre a aplicação dos recursos materiais e financeiros gerados no Arquipélago ou a estes destinados.

Faço-o, gosto de sublinhá-lo, perante uma Assembleia que representa democraticamente o Povo dos Açores, no pluralismo das suas opções políticas e na sua identificação com a realidade cultural e económica que assume cada uma das nove Ilhas Açorianas. Democracia e respeito pelas características próprias desta região insular, tal como sonharam e porque pugnaram os nossos antepassados... eis dois dos fundamentos da autonomia regional que balizam a política de desenvolvimento económico, recomendando que as suas linhas de força se conformem com o que for a opção feita pelo eleitorado - que tem sido firme e inequívoca - e se vinculem a uma estratégia de progresso equilibrado e disseminado, com vista ao esbatimento dos desníveis herdados e à unidade do Arquipélago. Fortíssimas razões para que hoje, como ontem, a política de desenvolvimento tenha de ser definida de acordo com os princípios da social-democracia e no propósito de que as oportunidades de progresso devem ser distribuídas de forma igualitária e solidária por todas as ilhas do Arquipélago.

Assim, preocupa-nos mais a pessoa humana e o seu desenvolvimento integral do que as frias teorias economicistas, deslumbrantes nos grandes centros industriais e comerciais, mas de pouco cabimento num território de fraca expressão populacional, significativamente disperso e isolado, como é o nosso caso. Porque respeitamos a liberdade e acreditamos que a iniciativa

individual potenciada pela solidariedade é o motor do desenvolvimento, preferimos que os agentes económicos e consumidores em geral se encontrem no mercado e nele procurem os produtos e serviços de que necessitem, em vez de se disporem em bicha ordeira à espera que cheguem as providências do poder público, as quais como se sabe, substituem a criatividade pela burocracia. Os excessos, as distorções, a desigualdade que a economia de mercado gera, podem e devem ser corrigidos pela acção da Administração, sem que isso alguma vez signifique a total absorção dos recursos materiais e financeiros disponíveis pela máquina estatal, porque quanto mais o Estado absorver menos fica para o indivíduo se desenvolver.

Por outro lado, o investimento público realizado na Região, nos últimos dez anos, não foi concentrado nos centros de maior expressão populacional ou económica, ao invés, distribui-se por onde era necessário, com o objectivo de dotar as várias parcelas do Arquipélago de infraestruturas sociais e económicas - mínimo dos mínimos! - corrigindo distorções legadas pelo passado e recriando a esperança no futuro de cada uma das Ilhas.

Estas são as linhas de força: respeito pela iniciativa individual e desenvolvimento harmónico.

Mas em 1976, quando esta nova fase da vida dos Açores começou, o ponto de partida era muito baixo. Recorde-se que a população dos Açores decrescia a um ritmo preocupante, havia menos população do que a existente cem anos antes e temia-se a desertificação, tal era a tendência verificada. A oferta de emprego diminuía de uma forma geral e era muito difícil aos recém-saídos das Universidades (que só existiam no Continente) e oriundos dos Açores encontrarem nestes um lugar compatível. O desemprego e o subemprego eram canalizados para a emigração, assim como as vítimas das catástrofes. Às dificuldades sucedia-se a fuga. A formação profissional era praticamente inexistente. Não existiam ajudas ao emprego. O produto interno estagnara, viviam-se uma economia de subsistência. Era muito baixo o nível de organização dos agentes económicos. As pequenas poupanças eram canalizadas para os FIDES e as empresas financeiras da Região mudavam de mãos, para fora do Arquipélago, na voragem da especulação com títulos. Não havia política de desenvolvimento económico global para o Arquipélago. Sem meios nem poder a novidade da Comissão Técnica de Planeamento e os peregrinos trabalhos de ordenamento do território levados a cabo em Angra e Ponta Delgada por equipas de arquitectos, apenas prenunciavam frustrações.

No campo social as coisas não iam melhor. O parque habitacional era muito deficiente e elevado o analfabetismo. Apenas 52% das habitações tinham energia eléctrica e 63% água canalizada. A taxa de mortalidade infantil rondava os 47%. O investimento público era muito reduzido. Não podemos, todavia, deixar de revelar com todo o apreço a obra de fomento levada a cabo pelas Juntas Gerais, obrigadas que estavam a fazer o milagre da multiplicação dos pães. O aumento das receitas públicas distritais era conseguido à custa do agravamento da carga fiscal sobre os residentes na Região, lançando adicionais sobre a colecta dos impostos profissional e de capitais, contribuição industrial e prediais. A eliminação desta sobrecarga foi uma das primeiras medidas dos órgãos de governo próprio. Hoje o novo Imposto sobre o Valor Acrescentado é aplicado na Região com taxas mais baixas do que aquelas que vigoram no Continente.

É oportuno e conveniente ponderar o que tínhamos quando os órgãos de governo próprio iniciaram as suas funções, mesmo que sob risco do enfado de alguns, para que se valorize o que se tem e se avaliem as perdas em caso de redução da autonomia... e quanto a isto já nem se escondem as intenções!

De 1976 a 1984 foi lançada uma estratégia de desenvolvimento global e harmónico assente na construção de infraestruturas económicas destinadas a aumentar a acessibilidade ao Arquipélago e dentro dele, de que tanto carecíamos; na dotação de equipamentos sociais básicos, nos sectores da saúde, da habitação, da educação e do saneamento; na adopção de esquemas de apoio à actividade produtiva, através da concessão de incentivos financeiros e da dotação de equipamentos complementares, enquanto era lançado um programa destinado a melhorar o abastecimento da Região em bens essenciais.

Os objectivos concretos da política económica e social eram então:

- a criação de condições para a fixação da população;
- a melhoria da qualidade de vida;
- a unidade do arquipélago.

No decurso do referido período de tempo esperava-se conseguir:

- a atenuação do decréscimo da população e a redução da emigração;
- a atenuação do ritmo de redução dos postos de trabalho, pelo aumento da oferta nos sectores das obras públicas e dos serviços;
- a redução das desigualdades face ao Continente;
- a criação de empresas no sector terciário e iniciada integração económica regional.

Houve desvios na evolução que se esperava? Certamente. Nem tudo foi conseguido e registaram-se erros.

Quanto à população o que se passou foi que ela começou a sua tendência para o crescimento, em vez da aguardada atenuação do ritmo de diminuição. Aumentou a pressão no mercado de trabalho e a criação de emprego não foi suficiente para fazer face ao acréscimo da procura, o desemprego aumentou. Verificou-se um atraso na resposta dos agentes económicos às novas condições de acessibilidade criadas pelas infraestruturas entretanto construídas e as relações comerciais inter-ilhas não se intensificaram tanto como seria desejável. Porém, a produção aumentou e obviamente que o rendimento per capita cresceu. Melhorou significativamente a prestação dos serviços sociais, como revelam os indicadores.

O atraso verificado na resposta dos agentes económicos privados conquanto possa estar relacionado com causas internas tem também a ver com as restritivas políticas monetária, financeira e fiscal que vigoram até quase ao final de 1985: dificuldades na obtenção de crédito, altas taxas de juro, custo crescente dos bens de equipamento, elevados níveis de inflação, um peso excessivo de evolução imprevisível da carga fiscal, enfim, tudo quanto era necessário para gerar incerteza no cálculo económico, o que limita a expansão do investimento produtivo e no reforço da poupança necessárias ao seu financiamento.

O diagnóstico conduziu a que se fixassem para o quadriénio 1985/88, o aumento do investimento e o combate ao desemprego. Mantemos estes objectivos para 1987 (e que este ano passaram a ser objectivos nacionais) com a esperança reforçada de os atingir porquanto, convenhamos, melhorou bastante a situação económica nacional e internacional, vivendo-se agora um período de

desinflação. Os constrangimentos à expressão do investimento produtivo estão a desaparecer e progressivamente estão a ser criadas condições fundamentais à formação de um clima de estabilidade e de confiança nos agentes económicos.

As linhas de força da estratégia económica regional deverão convergir para que se promova o investimento de efeito favorável sobre o emprego e sobre o aproveitamento de recursos regionais, assim como os investimentos que visem a modernização das empresas e a melhoria da qualidade dos produtos. Conta-se com a expansão e diversificação da produção do sector primário assim como com o desenvolvimento do sector turístico, áreas de investimento público onde se concentra 1/5 do total do investimento para 1987.

A intervenção do sector público administrativo no tecido económico manter-se-á quanto à realização de investimentos públicos na criação de condições materiais e financeiras ao crescimento do investimento privado, factor essencial do crescimento da produtividade e do emprego. Naturalmente que se prosseguirá na criteriosa gestão das diferentes componentes da política económica que estão ao nosso alcance.

Com que meios? Através de que acções?

Na nossa região a necessária expansão do investimento para que o emprego aumente depende agora do reforço das infraestruturas com impacto directo na actividade empresarial do sector primário (agricultura e pescas), de maior preparação e qualificação dos recursos humanos, melhor organização empresarial, maior integração da economia do Arquipélago.

Sabe esta Assembleia, sabe o Governo que há muito para fazer. Dispensamos, por isso, orientações tutelares que a Constituição não prevê, precisamente para que esta Assembleia delibere com autonomia segundo os interesses específicos da Região. Melhor fora que aqueles que acabados de chegar, sem título legal nem mandato, se preocupassem mais com o que falta fazer no âmbito do que lhes incumbe, por exemplo instalações dos serviços do Estado não regionalizados que à vista de todos se degradam (tribunal da Praia da Vitória, Repartição de Finanças da Madalena, cadeia de Ponta Delgada, para referir os casos mais alarmantes) do que com aquilo que compete em exclusivo a esta Assembleia: orientação da política de desenvolvimento da Região.

Fecho o parêntesis. Passemos aos actos de governação que nos competem.

Que medidas e acções consagra o Plano para 1987 em ordem a que sejam alcançados os objectivos de aumento do investimento e do emprego.

Que medidas e acções consagra o Plano para 1987 em ordem a que sejam alcançados os objectivos do Plano de Médio Prazo.

Com vista à dinamização do investimento lançar-se-á o sistema de incentivos de base regional, compatibilizado ou em esquema complementar com o de âmbito nacional que os órgãos Comunitários aceitaram. Foi já firmado um entendimento com o Governo da República nesse sentido e através do qual os incentivos poderão mesmo ser suportados pela dotação nacional; aprovada a Lei da Revisão do Estatuto será apresentada a esta Assembleia sob a forma de ante-proposta, a Lei Quadro do sistema fiscal regional; materializar-se-á o programa de redução das dependências externas em matéria de energia, será acelerado o programa de abastecimento de água, como serão continuados os investimentos no sector eléctrico; prosseguiremos o programa de estradas de que destaco a ligação rodoviária Angra/Praia e variante de Angra assim como a variante rodoviária Ponta Delgada/Lagoa; continuará a execução dos projectos respeitantes aos parques industriais e à zona franca de Santa Maria.

Ainda no campo da melhoria das estruturas físicas de apoio ao investimento privado com vista a melhorar os custos de produção e a estimular a diversificação foram reforçados os programas de "modernização das estruturas agrícolas" e "caminhos de acesso às explorações agrícolas", assim como respeitante à "rede regional de abate" e à "melhoria da qualidade de produção agrícola", necessária face aos novos desafios decorrentes da integração da Região em espaços económicos mais desenvolvidos como é o caso da CEE. Também foram reforçados os programas de investimento público no sector das pescas (sector em expansão) quer quanto aos projectos que visam o crescimento da frota quer quanto aos projectos respeitantes às estruturas de apoio em terra - destaco o caso do entreposto frigorífico da cidade da Horta, da Praia da Vitória, o projecto para a Ilha do Pico e o porto de pescas de S. Miguel.

Mas se a capacidade produtiva pode ser aumentada no sector primário onde são importantes os nossos recursos também o poderá ser no campo do turismo que regista um reforço da ordem dos 45%.para o qual existe procura externa em crescimento e onde a resposta da iniciativa privada tem sido bastante expressiva, pesem embora as atribuições de um conhecido investimento na Ilha de S. Miguel que estando concluído ainda não encontrou forma de arrancar.

A solução exige um entendimento entre ele e as entidades financiadoras que não tem sido fácil de obter dados os elevados valores em jogo e a existência de uma significativa componente externa. Com a excepção da promessa de subsídios que no caso são completamente injustificados, o Governo tudo tem feito para que as entidades financiadoras e promotor do investimento cheguem a acordo, tendo já desempenhado o papel de mediano entre as partes desavindas e encontrado uma empresa nacional com condições e vontade para explorar as referidas unidades. Prevê-se que comecem a funcionar na próxima época turística. Mas se se verificar que tal não irá suceder terão de ser definidas soluções administrativas que obstem a uma maior degradação física daquele investimento, situação que não será possível sustentar por muito mais tempo.

Há outros investimentos na Região que não tiveram sucesso. Curiosamente, também pelo mesmo mal: recurso excessivo a capital alheio (empréstimos bancários), falta de idoneidade empresarial. Quase nenhum dos que soçobraram é da responsabilidade de promotores regionais. São investimentos vindos de fora. Lembro os divulgados casos da Tercon e Carnaçor na Ilha Terceira, da Pró-Pico na Ilha do Pico e mais recentemente de uma das sete caixas económicas existentes no Arquipelago.

Esta breve alusão conduz a que consideremos uma área prioritária da nossa política de desenvolvimento: a valorização dos recursos humanos que julgo que deve ter duas vertentes: a intensificação e alargamento da formação profissional, como temos vindo a fazer e o apoio ao aparecimento de novos empresários que não o queiram ser só porque dispõem de meios de fortuna ou porque tenha herdado a empresa. Há jovens com vocação, isto é, com dinamismo. Imaginação, gosto pelo risco, a quem faltam meios para constituir uma empresa. Podemos apoiá-los. Para isso estamos a conceber, com a ajuda de uma empresa nacional com experiência neste domínio, um programa especial destinado a seleccionar jovens com vocação empresarial e a possibilitar-lhes a execução de projectos de investimentos privados. O programa de promoção do investimento está dotado de 320 mil contos, nele não se incluindo os incentivos de base regional que serão suportados a nível nacional.

Em 1987 e com vista ao reforço do tecido empresarial criar-se-á uma equipa interdepartamental que inclua as instituições de crédito interessadas com o mandato específico de analisar a situação das empresas de relevância regional, mas com uma situação financeira degradada e de num período de tempo

muito curto propor a solução mais adequada com vista ao saneamento da nossa economia desses casos. As recuperáveis serão mesmo retomadas. Aproveitar-se-á a evolução favorável da conjuntura.

O aumento dos fluxos comerciais inter-ilhas é um outro vector essencial da política de desenvolvimento. Para a sua concretização contribuirão unidades de transporte marítimo afectos ao tráfego inter-ilhas, em breve se disporá de mais um barco para o transporte nas ilhas do Grupo Central. O sistema de transportes marítimos melhorou apreciavelmente nos últimos dois anos. Há projectos em carteira das empresas adjudicatárias para reforçar o sistema de telecomunicações, área onde só uma empresa fará investimentos superiores a 400 mil contos e instalará um sistema redundante de comunicações entre a Região e o exterior.

Mas a promoção do desenvolvimento não se queda pelos projectos e programas integrados no sector económico. Não são menos essenciais os investimentos sociais em que avultam os respeitantes à educação e à habitação pelos recursos financeiros que neles se concentram: mais de 1.500 mil contos para a educação e mais de dois milhões e meio de contos para o sector da habitação e urbanismo. A saúde vem em terceiro lugar com 1.300 mil contos. O nível da educação e da saúde, sendo pressupostos da melhoria da qualidade de vida, constituem sem dúvida um factor de desenvolvimento.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Temos objectivos definidos, quanto ao aumento do investimento, ao aumento do emprego, à valorização dos recursos humanos, temos projectos, temos uma estratégia de desenvolvimento que, eventualmente, não será do agrado de todos, mas corresponde à opção que o eleitorado açoriano tem repetidamente feito. Há obra feita e há boas perspectivas para a ampliarmos e melhorarmos, conforme o que for decidido nesta Assembleia.

Ao Plano para 1987 correspondem 19.992 mil contos de investimentos que ajudarão a sustentar a taxa de desemprego num nível razoável e a expandir o produto interno regional. Com que meios financeiros?

O Orçamento Regional para o próximo ano e que se apresenta segundo um novo figurino que permite pormenorizar a despesa com maior detalhe do que antes sucedia e facilitar uma análise e compreensão mais profunda da proposta, assim como fixar com maior rigor os objectivos da política orçamental. Destacam-se também as transferências para os serviços e fundos autónomos dependentes da administração Regional e os investimentos das Empresas Públicas constam de um Anexo ao Plano.

A proposta de Orçamento para 1987 segue as linhas de força das que a precederam, o que quer dizer, que consagra um programa financeiro prudente e equilibrado que visa realizar o máximo de investimento possível. Para ele é canalizada a maior parte dos nossos recursos disponíveis.

Confirmando uma evolução dos últimos anos a proposta que vos é presente revela um orçamento corrente equilibrado que nos apraz registar. Vindo as despesas correntes a crescer menos do que as receitas provenientes dos impostos, tendência verificada de 1982 a 1985, era previsível que o orçamento corrente fosse um dia equilibrado.

As receitas fiscais e patrimoniais, aquelas que a nossa economia gera, juntamente com as receitas decorrentes de acordos e tratados internacionais assumem uma importância crescente relativamente ao total da receita da Região: em 1982 representavam 62% e em 1985 significavam já cerca de 75%.

Por seu turno, as transferências do Estado passaram no mesmo período de tempo (1982-85) de 38% para cerca de 24%. No quadriénio de 1982 a 1985 foram afectos a projectos de investimento mais de 50% dos nossos recursos financeiros disponíveis, com um crescimento médio anual de 39%, enquanto que o crescimento das despesas correntes em igual período não foi além dos 27%. A proposta de Orçamento para o próximo ano prevê que se despendam em despesas correntes 16.992 mil contos e em despesas de capital 20.892 mil contos. As necessidades de financiamento, antes de computadas as transferências do Estado situam-se na casa dos 11 milhões de contos, valor que poderá sofrer uma redução ao longo do ano em função da espera da evolução favorável da conjuntura.

A principal fonte de receita são as resultantes da tributação com 45% do total. A segunda fonte de receita respeita aos acordos e tratados tradicionais, que inclui as transferências dos Fundos Comunitários. Prevê-se, com prudência, arrecadar em 1987 cerca de 9.400 mil, dos quais 6 milhões de contos são as contrapartidas destinadas à Região do Acordo com os Estados Unidos, 3.000 milhares de contos são transferências da CEE e 400.000 contos provirão do Acordo com a França sobre facilidades concedidas nos Açores.

Do Estado espera-se o remanescente, a exemplo da metodologia usada nos anos anteriores. O que se espera nem sequer é muito e não agrava o peso da Região no Orçamento do Estado, uma vez que o valor relativamente ao do presente ano não excede a taxa de crescimento evidenciada pelo Orçamento do Estado para 1987 e é sabido que apenas uma parte da receita gerada na Região é que é para esta canalizada. Não é só quanto aos acordos internacionais, também o é quanto às receitas fiscais, pois que nem todas são cobradas por serviços tributários sediados na Região e por isso não são aqui arrecadadas nem alimentam o Orçamento Regional.

Referida a origem dos recursos, importa mencionar as respectivas aplicações.

Cerca de 18,9% da despesa relaciona-se com obras públicas e transportes; 17,4% financiarão a saúde; cerca de 16% a educação e 11% a agricultura, para referir os valores mais expressivos e que dão conta das prioridades estabelecidas.

Em termos de orçamento corrente, os departamentos mais gastadores são a Educação e Cultura e os Assuntos Sociais, naturalmente que em função dos estabelecimentos de ensino e hospitalares que mantêm e vão abrindo. Só este ano inauguraram-se três novas escolas.

A questão fulcral da política orçamental continua a ser a optimização da estrutura da despesa na componente de investimento e não o agravamento desmesural ou incontrolado da dívida, porque o custo da dependência criada seria muito superior ao benefício do investimento que poderia resultar.

Com a apresentação do Plano de Médio Prazo (85/88), propusemo-nos cumprir alguns objectivos orçamentais, designadamente:

- A contenção do crescimento da despesa corrente, no aumento provisional da despesa corrente - estamos já no 3º orçamento do PMP - e mantemos esse objectivo, fomos mesmo além - prevê-se para 1987 uma poupança corrente.

- A afectação a investimento da maior parte dos recursos disponíveis - também o cumprimos na elaboração da presente proposta de Orçamento: são 17 milhões de contos para despesas correntes e 20 milhões de contos para investimento.

Sobre a receita não vale a pena tecer grandes considerações na especialidade, porquanto ela é para nós ainda um dado adquirido que nos chega à medida das necessidades do O.G.E..

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Fica assim feita a apresentação e a justificação do Plano de Investimentos da Região Autónoma dos Açores para 1987, bem como do programa financeiro que lhe serve de suporte.

Gostaria muito de dispôr de mais instrumentos de política, designadamente em matéria fiscal, mas não acontece ainda. Tenho, todavia, a certeza de que mesmo assim o que possuímos e que é a possibilidade de definirmos prioridades de desenvolvimento, de coordenarmos acções e medidas de incentivo ao investimento, de promovermos a criação de emprego (e quantos já foram criados nestes 10 anos) - só é uma realidade por causa da autonomia, Por isso mesmo, mesmo que fosse só isso, o que está longe de ser tudo, vale a pena a defesa da autonomia.

Muito obrigado.

(Palmas do PSD e do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, nos termos regimentais, vamos fazer um intervalo de 30 minutos, para que os Srs. Deputados possam preparar as perguntas que entendam formular ao Sr. Secretário Regional das Finanças que apresentou o Plano e o Orçamento.

Estão interrompidos os trabalhos.

(Eram 16.10 horas)

Presidente: Vamos recomeçar os nossos trabalhos. (Eram 16.50 horas)

Dou a palavra ao Sr. Deputado Dionísio de Sousa para formular as perguntas que entender.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Antes de começar propriamente as perguntas, queria dizer ao Sr. Secretário que as perguntas que lhe vou fazer, são aquelas a que podemos chamar "perguntas marginais", ou sejam aquelas que não são focadas directamente nas intervenções que temos para fazer. Portanto, são perguntas, muitas delas, claramente marginais, porque se se fizessem as perguntas fundamentais neste momento e elas fossem respondidas, é natural que ficasse já resolvido o problema da discussão e do debate do Plano. Não é isso que pretendemos.

Alinhavando, em primeiro lugar, algumas questões relacionadas directamente com a intervenção da apresentação do Sr. Secretário das Finanças, eu desejava formular três questões:

A primeira diz respeito ao novo figurino do Orçamento, que foi referido, que nós já conhecemos e que realmente traz alguma novidade. A pergunta que eu faço é esta: é se o Governo Regional, com esse novo figurino, considera cumprido o compromisso que aqui foi assumido nesta Assembleia aquando da discussão do Plano sobre as alterações a introduzir no processo de apreciação e votação do Orçamento da Região?



Descendo a questões mais específicas, tratadas pelo Sr. Secretário, formularia uma questão em relação aos hotéis (aos grandes empreendimentos de S. Miguel) "Baía Palace" e outros, que pareceu, como solução e recurso e como solução de desespero, o Governo encarar a hipótese de os intervencionar. Pergunto que tipo de actuação o Governo prevê para essa situação ou seja para evitar a degradação dessas instalações?

A outra questão diz respeito aos jovens com vocação empresarial, jovens que foram apresentados num retrato que lhes dava talento, mas também os considerava como jovens com vocação empresarial, mas sem dinheiro. Parecem-me, à partida, muito difíceis de detectar os critérios de vocação empresarial, bastante notoriamente ou quase inevitavelmente subjectivos, mas tem outro aspecto também que é de prescindirem da interferência das instituições que normalmente podem ter alguma actuação nessa área, nomeadamente as Câmaras e instituições que representam os empresários.

Passando para questões do Plano, há duas ou três questões mais importantes, em relação às quais eu faria uma; perguntas;

Em relação à celebre questão dos 2.000 postos de trabalho, quais os que foram, efectivamente, criados em 86? Se foram quantificados, em que sectores económicos se verificaram? Se se criaram, com que estabilidade? Se se criaram como se compreende que tenha aumentado o número da procura de emprego nos Centros de Emprego da Região?

Outra questão diz respeito ao caso específico do porto das Flores que, em relação ao qual, o Governo Regional tem feito um jogo de escondidas com muito pouca clareza política, dizendo que tem na mão a solução, que vai resolvê-la, que vai entregá-la nas Flores, depois tem o azar de não ir às Flores e uma vez que se sabe que tecnicamente foram encaradas três hipóteses de localização do porto, que existem verbas para esse efeito no Plano para resolver o problema do porto, na localização e seus acessos, eu pergunto; neste momento, quais são os dados técnicos existentes que o Governo tem e se entende ou não fornecer a esta Assembleia esses dados, para a localização possível em três dos locais previstos - Ribeira da Cruz, S. Pedro e Lajes das Flores - uma vez que já disse que o poderia fazer e esteve para fazê-lo há 15 dias atrás? Nesta Assembleia, talvez fosse o lugar apropriado para o fazer.

Outras questões que eu vou pôr sem a preocupação sequer de distinguir os responsáveis por elas, porque espero que os Srs. Secretários vão tendo atenção a esse aspecto.

Assim, em relação ao Centro de Educação Especial dos Açores, eu recorro que o Sr. Secretário dos Assuntos Sociais tomou o compromisso de apresentar ainda este ano, nesta Assembleia, um diploma que resolveria o problema das competências sobre este Centro. Uma vez que isto não foi feito, pergunto se o pretende fazer e qual é o sentido e a orientação deste diploma?

Sobre o Gabinete de Produção de Investimento, gostaria de saber que resultado é que obteve em 1986?

Para 1986, previa-se o aumento de 800 camas em estabelecimentos hoteleiros. Concretizou-se ou não essa previsão?

Sabemos que existe para cobertura por rede eléctrica apenas 2% da população dos Açores. Eu pergunto se será este ano que a EDA ou o Governo Regional através da EDA, pretende aplicar também aí uma solução que já aplicou noutras coisas, ou seja, não fazer investimentos noutro lado ou não resolver outros problemas de luxo, como sejam o 2º canal; está na disposição ou não de

orientar a sua política no sentido de assumir o compromisso de completar esses 2%, que não estragam muito a estatística, mas que representam uma dificuldade muito grande para quem vive ainda nessas situações?

E já agora que falamos da EDA (e Santa Maria também é abrangida por essa situação - da falta de cobertura nos tais 2%), eu pergunto o que é a Central Eólica que nos aparece prometida para Santa Maria, exactamente nesses termos?

Uma outra questão diz respeito à Caixa Económica do Faial - é uma questão que preocupa muita gente - e eu perguntaria se existe ou não alguma decisão já tomada em relação à garantia do reembolso dos depositantes?

Uma outra pergunta diz respeito ao regime de instalação da Universidade dos Açores e eu pergunto se esse regime será eterno?

Pergunto ainda: - O que tem feito o Governo para cobrir a escolaridade total no grupo etário dos 6 aos 12 anos? O que tem feito a SREC no âmbito da acção escolar para alargar rapidamente a taxa de escolarização no grupo etário dos 10 aos 14 anos?

Como explica o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura, que tenha desaparecido do Plano de 87 a escola de S. Roque, em Ponta Delgada, se ainda não se efectuou a sua inauguração? Como explica igualmente que no Plano de 86, se planifica a aquisição de mobiliário para a escola de S. Carlos, na Terceira, quando no Plano para 87 se indica o início da construção do mesmo edifício? A SREC deu cumprimento à aquisição de mobiliário para a escola de Terras, no Pico? Se deu, onde está, porque no Plano de 87 se prevê o início da construção dessa escola?

Quando pretende o Governo iniciar o plano de urbanização de Ponta Delgada?

Sabemos que o transporte de passageiros inter-ilhas é uma das preocupações do Governo, sabemos que o Governo tem uma política própria, que ele próprio pretende conduzir em relação a esse problema, mas parece que neste momento está agarrando com unhas e dentes essa situação e parece que pretende impedir que a iniciativa privada também apareça aí a fazê-lo. Há concretamente um caso dum iate, o "Santo Amaro", que ,teria condições para iniciar a exploração dessas carreiras, mas ao que parece está também a encontrar alguma dificuldades ou pelo menos não está a encontrar facilidades junto do Governo Regional. A questão fica posta.

Em relação ao sector das empresas públicas, sabemos que o investimento previsto por elas para este ano é de 4.8 milhões de contos; o da EDA é de 2,9 milhões de contos, ou seja 60%. A pergunta que eu faço é a seguinte: em que percentagem a EDA participa com recursos financeiros próprios neste investimento?

Um problema que preocupa muita gente, é-o por várias razões, é o problema das lixeiras. Está prevista alguma actuação do Governo Regional, em colaboração com as autarquias, para resolver este problema?

Também em relação ao problema das águas, que é um problema muito grave, pergunto qual é a situação em relação à carta hidrológica regional?

Durante algum tempo ouviu-se falar do Acordo de Segurança Social a estabelecer com os Estados Unidos e depois deixou-se de ouvir. O que é que efectivamente ocorreu? Chegou ao fim ou não?

Técnicos açorianos nas instituições comunitárias, era também uma exigência da Região. Concretizou-se algo nesse domínio ou não?

A Secretaria Regional tem a necessidade e a obrigação de controlar a situação, quer em termos de classificação profissional, quer em termos de número de postos de trabalho dos empregados civis, nas Bases das Lajes e nas Flores. Pergunto se isso tem sido feito e qual a situação neste momento? Se esses postos têm aumentado ou não?

Pergunto ainda se foram ou não obtidas verbas do Governo da República, para a conservação de Angra como Património Mundial? Sabemos que é uma das obrigações que o Governo da República assumiu, pelo facto dessa classificação.

Em relação ao projecto geotérmico, dada a semelhança de verbas, que é exactamente idêntica entre 86 e 87, dada a semelhança de propósitos que se mudam, sabendo-se os resultados que temos tido até este momento nesse programa, eu perguntaria: quais são os resultados previsíveis para 87, nomeadamente em relação aos projectos geotérmicos de segunda linha - embora agradeça também a informação sobre os de primeira linha - ou seja, os da Terceira, que em relação ao qual se prevê, creio eu, a conclusão das negociações com os americanos e também os do Faial e Pico? Isto, para que, dada a semelhança de verbas e propósitos, possamos ficar aliviados quanto à não semelhança dos resultados.

Qual o grau de execução previsto até ao fim de 1986 para o esquema de cooperação financeira entre a Administração Regional e a Local?

Qual o investimento estrangeiro previsto para a Região, na sequência das visitas do Sr. Presidente do Governo Regional ao Brasil, Canadá e Estados Unidos?

Quais as funções que o Governo Regional destina às actuais instalações do hospital de Ponta Delgada, depois da construção do novo, nomeadamente se tenciona desactivá-lo como unidade hospitalar?

Quando se prevê o início da construção dos Centros de Saúde de S. Roque e Vila do Porto?

Que beneficiação vai o Governo efectuar no hospital de Santa Cruz da Graciosa?

Qual o número de especialistas que se fixaram em 1986 no hospital da Horta?

Está previsto o aumento das instalações ainda incompletas da escola preparatória e secundária de Vila do Porto?

O sistema de bonificação do gasóleo aos pescadores é inferior, quer quanto aos montantes, quer quanto ao processo, que é mais desfavorável para os pescadores açorianos, do que para os do Continente. Eu pergunto: - o que é que o Governo na actual política generosa de baixa de preços - veja os \$45 centavos da electricidade - está pensando fazer a esse respeito?

Qual o balanço das experiências piloto dos Centros de Saúde da Ribeira Grande e Praia da Vitória?

Como é que se pensa, se é que se pensa, colmatar as zonas escuras ou cinzentas - parece que a cor não é a mesma em todos os sítios - da RTP

nalgumas ilhas? Os exemplos são vários. É uma pergunta antiga, mas a escuridão também é antiga, por isso volto a repisar.

Em relação à Pró-Pico, parecem delinear-se perspectivas para retomar a actividade a partir do próximo ano. Pergunta-se: - em que condições é que isso será feito e se nessa retoma de actividades está previsto o pagamento dos débitos aos lavradores?

Pergunta-se também, se para 87, em relação ao aeroporto do Pico, as verbas que lá estão indicadas incluem ou não a perspectiva de ampliação daquele aeroporto?

Perguntava ao Sr. Presidente quanto tempo é que ocupei?

Presidente: Passou um quarto de hora do nosso tempo. Desta forma, eu pedia ao Sr. Deputado que resumisse as suas perguntas por mais 5 minutos, para poderem ficar 10 minutos para os deputados inscritos do CDS e do PCP.

O Orador: Eu provavelmente nem vou levar mais 5 minutos. Apenas tenho mais uma ou duas questões.

Em relação às Furnas, pergunto: - em que situação se encontra o projecto de ampliação do Hotel das Furnas?

Ainda para as Furnas, foi igualmente anunciado um parque de campismo de pequena densidade para disciplinar esta actividade, mas suficientemente distanciada da margem da lagoa, com estruturas de apoio adequadas, bons acessos e uma boa integração na paisagem local. Quando se iniciam essas obras e se procede a essa implantação?

Qual a situação actual quanto ao aproveitamento da água da Serra do Trigo?

O Governo já estudou a possibilidade de enquadramento de um programa específico para as Furnas a incluir no lote das acções europeias, a desenvolver no Ano Europeu do Ambiente que decorre em 1987?

O Sr. Secretário Regional dos Transportes e Turismo afirmou, na sequência de reivindicações já antigas das entidades das Furnas, que admitira que esta freguesia viesse a beneficiar dum estatuto administrativo-financeiro específico, integrada, porventura, com a Ribeira Quente numa zona turística autónoma.

Uma última pergunta sobre apicultura. Sabe-se que têm sido feitas algumas experiências com técnicos estrangeiros nesse sector. Que resultados é que têm sido obtidos?

Está previsto também a publicação do estatuto da vinha e do vinho. Pedia que fosse dada uma ideia geral sobre o seu conteúdo.

Era só.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro. Peço que use 5 minutos do tempo disponível.

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Em primeiro lugar, é para discordar da disciplina que se continua a utilizar na apreciação destes documentos, uma vez que está manifestamente provado que os 30 minutos que são distribuídos são de facto insatisfatórios, e isto porque, de há anos a esta parte, os deputados da maioria não têm tido possibilidade de utilizar esse período e, pelos vistos, mais recentemente nem os deputados da oposição têm possibilidades de satisfazerem as suas perguntas, com a agravante, julgo eu, do próprio Governo, necessariamente, não poder em 30 minutos responder a 30 minutos de perguntas, o que me parece também manifestamente insatisfatório. Portanto, mais uma vez fica lançado esse desafio aqui à Assembleia.

Pela nossa parte, iremos apenas abordar neste momento, algumas questões de carácter global.

Em primeiro lugar queria, por solicitação expressa do meu colega Deputado, José Ramos Dias, que se encontra retido na Ilha das Flores, por falta de transportes, questionar o Governo sobre o projecto do porto das Flores, e isto porque no Plano apenas se insere, à semelhança de anos anteriores, uma expressão: "construção do molhe principal do porto". Continuamos a perguntar: qual porto? E isto porque, se no ano passado o Deputado Ramos Dias foi incomodado por ter feito a pergunta, agora que vieram a público na imprensa dados pormenorizados sobre uma eventual definição do Governo Regional, queremos um total esclarecimento do Governo nesta Câmara, perante o problema do porto das Flores.

Relativamente aos aspectos globais inseridos, alguns deles na exposição do Sr. Secretário, queríamos referenciar em primeiro lugar um aspecto relacionado com as receitas fiscais:

Como sabemos estão previstos 17 milhões de contos nas receitas fiscais para 87. O último dado, e julgo que o único disponível, refere-se ao passado - ao ano de 1984 - em que a conta claramente aponta que foram cobrados na Região, em receitas fiscais, cerca de 6,5 milhões de contos. Ora bem, neste curto espaço de tempo, que abrange três anos, praticamente pretende-se triplicar ou estima-se que as receitas fiscais virão triplicar. Eu só queria concordar com o Sr. Secretário, quando ele diz: "quanto mais o Estado absorve menos fica para o indivíduo desenvolver". Ora bem, o que nos apresenta aqui julgo que é extremamente preocupante. Posto isto, eu perguntaria: - como é que as famílias açorianas, no espaço de pouco mais de 2 anos, vão ter que transferir mais 10 milhões de contos para os cofres do Governo Regional?

Uma segunda questão que se prende com o aspecto global, mais concretamente com o problema do emprego.

O diagnóstico do Plano também demonstra claramente que, partindo do princípio de que a taxa em 85 foi de 5,4%, no âmbito do segundo Plano de Médio Prazo duplicou o desemprego na Região. É um dado assente.

A conjuntura, como nós sabemos, neste momento não é tão favorável, como o Plano pretende fazer crer, em matéria da absorção de desemprego dado que o grande empregador desta Região foi, indiscutivelmente, o Governo Regional através da sua administração. Obviamente que já cessou. Portanto, a pergunta que eu faço é se a tarefa está totalmente remetida para o sector privado? Aí, parece haver sérias dúvidas se o sector privado vai ser capaz de responder aos jovens açorianos. Pergunto ainda qual é a taxa de desemprego prevista pelo Governo para 1987?

Ainda em aspectos globais, queria referir o que se prende com investimento privado. O Governo no seu documento que aqui apresentou, relevou ao nível do

Plano o licenciamento de duas empresas de confecções, com sede em S. Miguel, e reservando para elogiar as características dessas empresas meia página do Plano. Ora bem, como o desenvolvimento está fundamentado exactamente neste exemplo, eu queria registar...

Presidente: Sr. Deputado, queria só alertá-lo de que já usou 5 minutos. Pode usar mais 3 minutos e ficam 6 minutos para o Sr. Deputado do PCP.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente.

...que esse exemplo dessa empresa que vem aqui registada no Plano é, exactamente, um exemplo de empresas de gente que vem de fora, e essas empresas tiveram o estatuto de meia página do Plano.

Curiosamente há aqui uma declaração do Sr. Secretário do Trabalho, no mês de Outubro, feita e transmitida através da Comunicação Social da Região em que afirma claramente que - e julgo que se está a referir àquelas empresas, pela identificação que lá é feita - se a empresa não for capaz de se viabilizar, assumindo os seus compromissos com a Segurança Social e com o Fundo de Desemprego, o melhor é fechar. Portanto, nós temos aqui como exemplo do Plano, uma empresa, um tipo de investimento que um membro do Governo, exactamente, no mês em que o Plano foi entregue nesta Casa, disse que o melhor era fechá-la se ela não pagar os seus compromissos à Segurança Social. Entretanto, o Governo pagava a essa empresa entre 30 a 40% dos salários dos 90 trabalhadores dessa empresa.

Ainda temos algumas questões que talvez ainda possa referir.

Uma delas é a que se prende com o projecto geotérmico da Terceira, em que novamente aparece como definição, que se vai avançar com as negociações com os Estados Unidos. Eu parece-me que esta Assembleia precisava de mais do que isso: precisava saber, exactamente, que negociações é que se efectuaram durante o último ano.

Quanto ao projecto de S. Miguel, julgo que todos nós também merecíamos um pouco mais de informação sobre um projecto que tem sido objecto de tanto carinho e que de resto está neste momento a iniciar um aprofundamento da sua viabilidade. Julgo que isso nos interessava a todos.

Queria congratular-me também - e julgo que aqui se podem introduzir congratulações - com o facto de pela primeira vez na apresentação dum Plano, nesta Assembleia, se ter feito referências e exigências, que eu saúdo, muito concretas a empreendimentos e investimentos de grande necessidade que ainda não foram feitos na Região, que são do âmbito do Governo da República e que foram aqui claramente feitas exigências quanto ao arranque imediato desses projectos, citando mesmo o caso dos Tribunais e outros. Só tenho pena que isso chegue tão tarde a esta Assembleia pela boca do Governo. Obviamente que é tarde. Há pelo menos uma vantagem da "guerra" entre as instituições: é que passamos também a ser exigentes em relação às matérias que são da competência do Governo da República ou pelo menos que ele poderá interceder por elas.

Quanto ao projecto de parques industriais, que, muito bem, foi aqui referido pelo Sr. Secretário Regional das Finanças, queria apenas dizer que, pela minha parte, estaria ansioso por ver aqui mais desenvolvido, por exemplo, o que se refere ao parque industrial da Ilha Terceira, que é um dos parques que, ao que julgo, ainda não avançou, e que sistematicamente é referido, sob pena também de entrarmos aqui num projecto cansado, que quando ele avançar nós já estamos a pensar noutros.

Muito obrigado.

Presidente: Dou a palavra ao Sr. Deputado José Decq Mota, que pode fazer perguntas durante os 6 minutos que estavam previstos.

Deputado José Decq Mata (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar queria apenas localizar o âmbito das perguntas que vou pôr, que não são muitas e em virtude das regras regimentais que nós seguimos, é óbvio que as perguntas terão que ser dirigidas a questões centrais. Concretamente, e apenas com uma excepção, as perguntas que vou enumerar são motivadas directamente pela intervenção do Sr. Secretário Regional das Finanças e dizem respeito a questões centrais da política económica do Governo, expressa no Plano e no Orçamento.

O Sr. Secretário teve o cuidado de salientar na parte final da sua intervenção que, ao longo dos últimos 10 anos, foram criados muitos postos de trabalho na Região. É claro que é verdade, especialmente porque foi criado um aparelho de apoio aos órgãos de Governo próprio da Região e não se primou pela parcimónia, na definição do número de efectivos considerados necessários para esse aparelho do Governo.

Entretanto, a situação neste momento é outra e penso que o Sr. Secretário não se referiu a um aspecto bem mais importante, que é a criação de novos empregos. No ano passado apontava-se para a necessidade e para a possibilidade - e recordo que isso aqui deu razão a bastantes intervenções - para a criação de 2.000 ou 2.300, se bem me recordo, postos de trabalho. Este ano fala-se, um pouco mais modestamente para um número que se situará entre os 1.500 e os 2.000. Eu perguntava expressamente quantos novos postos de trabalho se podem avaliar, provocados pelo investimento do Plano em 86? Quantos postos de trabalho, por razões ligadas à evolução do processo económico, se pode estimar que deixaram de existir no mesmo período?

Nota-se que continua a não ser assumida como necessária a existência de programas integrados para ilhas ou zonas geográficas onde persistem situações de atraso económico e social muito acentuados. Pensa o Governo que, situações de acentuada degradação social, que todos conhecemos, serão debeladas através da simples execução do Plano? A pergunta é fundamentada na apreciação comumente feita; que essas situações de pobreza extrema não têm sido irradicadas; têm antes tido uma expressão crescente, como recentemente, num debate aqui travado, ficou patente no que toca a três concelhos da Ilha de S. Miguel.

Considera o Governo que o investimento e os resultados dele, em termos económicos, tem correspondido ao esforço de incentivo desenvolvido? Pedia uma resposta directa, dentro desta matéria ou uma questão mais particularizada.

Considera o Governo que todos os incentivos atribuídos têm tido o papel económico de investimento a que se destinavam? Em quanto contabiliza o Governo o montante do incentivo perdido? Isto é: de incentivo indevidamente aplicado.

Referiu o Sr. Secretário haver uma parte das receitas fiscais geradas na Região que não são cá cobradas. Essa situação é em geral reconhecida, mas gostaria de perguntar se há uma estimativa sobre o montante que a Região assim perde? Penso que é uma questão extremamente importante e que era necessário, numa perspectiva de interesse regional, aprofundar-se um pouco mais este problema, saber-se quanto a Região perde desta forma.

O Sr. Secretário anunciou expressamente a criação dum conjunto de incentivos para os jovens empresários, nomeadamente quando se referiu aos que têm vocação mas não têm dinheiro. Eu pedia-lhe o favor, se pudesse, desenvolvesse um pouco mais, no que é que consta esta política.

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral):

Está interessado, Sr. Deputado!

O Orador: A excepção, em relação às questões gerais que queria colocar, diz respeito ao Porto das Flores.

Eu gostava de fundamentar a razão de ser desta minha pergunta.

O ano passado, e penso que noutros anos, recordo-me que esta questão foi aqui trazida pelo Sr. Deputado Ramos Dias e por outros. Foi respondido, e se bem me recordo, com algum azedume até, que estava definido que o porto era em determinado sítio, etc. ...

Entretanto, a situação parece que evoluiu a crer nas boas fontes de certos órgãos da comunicação social desta Região: alguns jornais e outros de comunicação social.

Julgo que esta Câmara tem o direito de saber se é assim, porquê e quais os critérios que levaram a uma decisão definitiva, diferente daquela que já foi anunciada como definitiva noutra ocasião.

Muito obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, esgotámos o nosso tempo regimental para as perguntas. Vamos interromper os nossos trabalhos, por 30 minutos, para que o Governo possa ordenar as repostas às perguntas que foram feitas.

Estão interrompidos os trabalhos.

(Eram 17.25 horas)

Presidente: Os Srs. Deputados façam o favor de retomarem os vossos lugares.

(Pausa)

Estão reabertos os nossos trabalhos.

(Eram 18.05 horas)

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças para responder às questões que foram postas ao Governo.

Secretário Regional de Finanças (Álvaro Dâmaso): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu dividiria esta minha intervenção em duas partes, se o Sr. Presidente a isso não se opõe.

Responderia primeiro ao conjunto de questões que se relacionam mais com o meu departamento e que são as questões mais simples e directas e depois guardaria para o fim para responder a duas ou três questões que são de âmbito geral e têm a ver com os objectivos globais do Plano.



Assim sendo, responderia ao Sr. Deputado Dionísio de Sousa relativamente à primeira pergunta, sobre se o novo figurino do Orçamento representa já um cumprimento assumido ou se não é. Aquilo que digo ao Sr. Deputado é que, é realmente o começo e tão só o começo do cumprimento dum compromisso que eu próprio assumi nesta Câmara e já dentro de alguns dias, talvez, os Srs. Deputados vão ter aqui uma proposta de enquadramento do Orçamento Regional, tal como eu aqui prometi e penso que não só ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista, mas a outros Srs. Deputados da minha e também das outras bancadas. Portanto, é apenas o começo. A matéria é mais vasta e abrangerá outras questões.

Relativamente aos hotéis existentes em S. Miguel e que ainda não funcionam, eu na minha intervenção referi a possibilidade da definição e execução de medidas administrativas, que são medidas resultantes do exercício do poder público. Para esse conjunto de medidas há um leque variado que envolve, para além da intervenção governamental, a colaboração com outras entidades. Portanto, julgamos que ainda não está chegado este momento. É fundamental impedir a degradação daqueles hotéis. Julgo mesmo que a degradação física daqueles hotéis é um crime a que não podemos assistir passivamente.

Quanto aos jovens com vocação empresarial, foram levantadas aqui duas questões, quer pelo Sr. Deputado Dionísio de Sousa quer pelo Sr. Deputado do PCP, relacionadas com a selecção desses jovens.

Devo-lhes dizer que existe já um programa de âmbito nacional que está a ser aplicado no Continente. E quando digo de âmbito nacional e que está a ser aplicado no Continente, digo-o, porque foi seleccionado um jovem, que exercia funções numa das nossas ilhas, para esse programa dos chamados JEPES (Jovens Empresariais Elevado Potencial). Nós deixamos correr a iniciativa e agora estamos em contacto com a Empresa que a desenvolveu, no sentido de que, com a adequação às nossas características, esse programa seja desenvolvido nos Açores e ele começa exactamente pela selecção dos jovens - o nosso universo é muito mais pequeno, não é o universo dos 10 milhões de habitantes que tem o Continente; é um universo com 250 mil pessoas - que é um processo de escolha extremamente rigoroso e mediante a aplicação de meios técnicos sofisticados que existem para a descoberta desses perfis. Julgo que não vale a pena estar agora aqui a maçar-vos com este desenvolvimento. Isso consta de documentos que estão espalhados por esse País, de como é que são escolhidos esses jovens empresários e qual a sequência que têm.

Relativamente à Caixa Económica do Faial, que é uma questão também concreta e diz respeito à Secretaria Regional das Finanças, o que eu devo dizer é que o Governo Regional, com as autoridades monetárias do País, tem acompanhado esse processo de muito perto. É um processo que vai, dentro de algum tempo, conhecer uma decisão definitiva sobre a sua manutenção ou não no mercado, mas a intenção e a preocupação do Governo Regional nesta matéria, para além doutras globais com o sector, é de que sejam garantidos os depósitos constituídos regularmente, que considero que são aqueles, que temos conhecimento, constituídos aqui nos Açores. Haverá outras questões para resolver, mas esta é a intenção do Governo e julgo que será uma alimentação concretizada.

Sr. Presidente, tinha mais dois esclarecimentos a dar, sobre duas questões que foram aqui postas, relacionadas, uma com os postos de trabalho, a outra com as receitas fiscais, que tem a ver com o programa financeiro de suporte deste Plano, mas que guardarei para responder, numa intervenção final.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Comércio e Indústria.

Secretário Regional do Comércio e Indústria (Costa Santos): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas uns breves esclarecimentos às perguntas aqui postas pelos Srs. Deputados Dionísio de Sousa e Alvarino Pinheiro, que directamente têm a ver com o departamento de que sou responsável.

Começaria por referir que o gabinete de Promoção do Investimento, que é um gabinete na área da Secretaria das Finanças, mas que tem a colaboração íntima e permanente com o Departamento do Fomento da Secretaria Regional do Comércio e Indústria, é também responsável, na sua participação na ERPI, pela implementação da Zona Franca de Santa Maria.

Várias acções têm sido feitas no âmbito do Gabinete de Promoção do Investimento, neste contexto que acabo de referir, nomeadamente, em acções de promoção da Zona Franca no Brasil, nos Estados Unidos, no Canadá e no Continente, aproveitando acções realizadas a nível nacional, em foruns internacionais, para a apresentação das potencialidades de investimento nos Açores e especificamente e dum modo particular na sua Zona Franca.

Foi também aqui perguntado se seria possível anunciar, dirigir e fazer um programa, de modo a que num ano pudesse ser dada cobertura aos tais 2% da população que não é coberta por energia eléctrica. Sendo, de facto, estatisticamente um número muito baixo, cobre, uma área ainda extensa da nossa população - e aqui a estatística efectivamente não nos preocupa, embora isto seja um problema que tem que ser resolvido, para levar, a esses 2% da população, esse bem precioso, que é a energia eléctrica.

Conforme o Governo já teve ocasião de anunciar, na visita que fez ao Pico, que a cobertura total da Ilha do Pico, que representa cerca de 75% da população que não está coberta por energia, poderá estar completa no prazo de 2 a 3 anos. Isto está integrado num conjunto de acções submetidas a financiamento, que neste momento já estão em apreciação, que é intitulado "O Programa EDA-2" e que tem o seu prazo de apreciação e de execução, que se prevê - e foi isso que anunciámos na visita que fizemos ao Pico - de 2 a 3 anos.

No que respeita a Santa Maria, a situação é semelhante. Não é possível fazer num ano. Já estão lançados os concursos e a cobertura total de Santa Maria prevê-se que esteja completa num prazo de 2 anos.

Portanto, é possível aqui anunciar que dentro de 2 a 3 anos, os restantes 2% da população, estarão servidos com energia eléctrica.

Quanto ao Programa Eólico de Santa Maria, como sabem, é um programa financiado por um banco alemão. Está assinado o contrato, está lançado neste momento o concurso para os consultores, que é uma obrigação deste contrato, para a instalação de 8 turbinas eólicas de 15 kws cada.

Em relação à geotermia, foi-nos perguntado, quais os valores, quais os resultados para 87 e que negociações se efectuaram.

Como tive aqui ocasião de indicar no ano passado, o valor previsto no Plano, não tem nada a ver com execução em si do Programa Geotérmico. O Programa Geotérmico - a que, aliás me referirei mais tarde, mais em pormenor - é financiado externamente, pelo que o valor lançado no programa é para as

despesas desse programa, evidentemente também do funcionamento laboratorial, que é a parte técnica e científica que dá apoio a cada um dos programas e que é da nossa responsabilidade e se manterá, como também as pesquisas que continuam para as fases seguintes do seu programa, que são os projectos da Terceira e Faial/Pico.

Em que situação se encontram as negociações, mais tarde também me referirei a isso, poderei dizer que informalmente me foi transmitido o interesse de reabrir essas negociações. Existindo esse interesse, espero que ele se manifeste oficialmente, porquanto o que está acordado é que, no resultado da primeira fase de S. Miguel, eles podem continuar.

Resta-me falar, salvo erro, na questão da água da Serra do Trigo.

Queria dizer que no concurso e na atribuição, estava prevista a execução dum estudo hidrológico das nascentes, a apresentar no prazo de 36 meses, após o que se faria, de facto, o início da exploração. Está a decorrer esse estudo. Nós vamos acompanhando e sabemos que está sendo acompanhado e ajudado por uma geóloga local e pelo LNETI - Laboratório Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em relação às perguntas que foram feitas à Secretaria Regional da Agricultura e Pescas - nomeadamente, todas da bancada do Partido Socialista - passo a esclarecer o seguinte:

Em relação ao gasóleo para as pescas, acontece que na Região existem dois preços de gasóleo: um que é destinado à chamada "frota industrial", que é o preço chamado "bancker" ou seja o preço do mercado internacional, acrescido das despesas que, nestes casos, o gasóleo sofre e portanto esse preço flutua conforme o preço do mercado internacional; o outro preço que é destinado à "pesca artesanal", essa pesca tem um preço próprio, digamos assim, para o gasóleo, que já algumas semanas a esta parte, é mais barato 30\$00 do que o preço normal do gasóleo. A diferença entre estes dois preços fundamenta-se numa questão meramente técnica, o que quer dizer: enquanto que para a pesca industrial, esses navios se podem abastecer em portos muito bem determinados, onde existe a possibilidade das empresas fornecerem o gasóleo "bancker"; a grande maioria dos portos de pesca artesanal não possuem condições para isso, e daí terem este chamado preço próprio, que é, neste momento, 30\$00 mais baixo que o preço normal.

Passando a uma segunda pergunta que julgo que é a questão Pró-Pico, queria informar esta Assembleia de que o processo Pró-Pico caminha dentro da normalidade do processo judicial, que é inerente a este caso.

Não se pode dizer que a Pró-Pico esteja parada, porque ela neste momento está a funcionar para o chamado mercado local. O eventual alargamento desta actividade, retomando aquilo que a empresa vinha fazendo, na exportação de carnes tratadas, como vinha fazendo, depende evidentemente do evoluir do processo judicial que esperamos muito brevemente ter o seu epílogo.

Quanto à pergunta muito concreta em relação à lavoura, que foi prejudicada

com a antiga administração, o Governo acompanha o caso muito de perto e mantém a intenção de resolver esse problema.

A terceira pergunta julgo que se relaciona com a apicultura. De facto, numa operação conjunta, da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas e da Secretaria Regional do Trabalho, foi contratado um técnico estrangeiro que se encontra na Região há cerca de dois anos, desenvolvendo a apicultura e também a criação do bicho da seda, o que eu posso dizer é que, de facto, os resultados obtidos ao fim destes dois anos de trabalho, são bastante significativos. Portanto, o aumento da actividade apícola é significativo, mas não só o seu aumento quantitativo como fundamentalmente, isto é preciso que se diga, a introdução de novas tecnologias veio melhorar substancialmente a qualidade da produção apícola na Região. Evidentemente que quando se fala de produção apícola, não se deve falar exclusivamente da produção de mel; existem outros produtos como seja a geleia real e também a produção de enxames para exportação, aliás também acompanhada pela produção de rainhas que em termos de mercado internacional, é um assunto que nos interessa bastante, já que a Região, neste momento, tem perspectivas interessantes nesta matéria, uma vez que alguns dos países europeus compradores das chamadas rainhas, estão infestados de doenças que não lhes permite a comercialização fácil na área da apicultura.

Termino os meus esclarecimentos, dando resposta a uma pergunta relacionada com o estatuto da vinha e do vinho.

Neste momento acompanhamos muito de perto estes casos, porque existe uma produção legislativa nacional interessante sobre esta matéria. Esta produção está intimamente relacionada com aquilo que se passa a nível da Comunidade Económica Europeia e existem ainda algumas zonas cinzentas em relação a esta legislação. Estamos a acompanhar isto muito de perto, por forma a que não só a nível da Comunidade Económica Europeia, mas ao nível dos grupos de trabalho que, aqui e no Continente estão encarregados desta matéria, a gente possa muito brevemente dotar, no caso dos Açores, aquilo que se chama estatuto da vinha e do vinho, adaptado às nossas circunstâncias.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais.

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Costa Neves): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Quanto à questão posta pelo Sr. Deputado Decq Mota, da situação de degradação social que foi abordada numa das últimas sessões da Assembleia Regional, gostaria de começar por discordar duma das suas permissas, que é quanto ao referir a expressão crescente dessas situações. Penso que isso não foi uma conclusão do debate que então existiu. Poderá quanto muito ser uma das suas conclusões e portanto gostaria que isso fosse posto nesses limites.

Quanto às situações propriamente ditas, eu gostaria de reafirmar que, tanto quanto o Governo pensa, essas situações são abrangidas pela acção global do Governo, nomeadamente por este Plano que aqui estamos a discutir que vai abranger toda a população e vai abranger também essas situações. A par disso, essas situações são especificamente abordadas pela acção de quatro sectores: na área da Secretaria dos Assuntos Sociais, com um aumento de pessoal onde se verificam essas situações mais difíceis, nomeadamente serviço social, com a construção de alguns equipamentos colectivos - e posso dar o exemplo da construção de um jardim de infância em Rabo de Peixe - e com o aumento das verbas disponíveis para a Acção Social. Aí, se vai juntar os investimentos

nomeadamente na área da habitação e as verbas previstas nesse sector, para o corrente ano, sofrem um aumento assinalável e têm, concerteza, também a ver com a percepção de que uma das situações mais difíceis é na área da habitação.

Verifica-se também uma actuação a nível da Educação e da Secretaria Regional do Trabalho, onde gostaria de distinguir o programa de emprego de emergência, que colabora também para reduzir estas situações.

É previsível e é nesse sentido que nós estamos a trabalhar, que em relação a algumas comunidades seja mesmo desenvolvido um plano específico, ou seja, tenhamos programas integrados específicos nestas quatro áreas para corresponder às situações. É esse o trabalho que estamos a preparar neste momento.

Quanto às situações postas pelo Sr. Deputado Dionísio de Sousa e em relação ao diploma que define competências em matéria de educação especial, há uma - como tive oportunidade de explicar na Comissão dos Assuntos Sociais - certa alteração na previsão. Uma certa alteração, porque o Centro de Educação Especial nos últimos dois anos, mas mais significativamente em 86, sofreu uma reconversão bastante grande ou seja a colaboração com a área da Educação é já mais profunda, o recurso à integração é mais alargado e o Centro de Educação Especial tem vindo, principalmente com a colaboração duma fundação holandesa, a alargar muito a sua actividade à área da reabilitação.

Portanto, nós que durante muito tempo pensámos que a solução para o Centro de Educação Especial era pura e simplesmente pegar nele e integrá-lo nas estruturas normais da Educação, temos agora que pensar outro tipo de soluções, porque se continuamos a defender essa linha em relação à actividade de ensino do Centro, já o mesmo não se poderá passar em relação à actividade de reabilitação do Centro e portanto essa diferença de natureza de actividades do Centro provoca soluções diferente, que estamos neste momento a estudar.

Quanto ao Acordo de Segurança Social com os Estados Unidos da América, diz-se que se ouviu falar e continua-se a ouvir falar. Faz-se uma referência expressa no Plano para 1987, só que em relação a esse caso nós somos muito mais carruagem do que locomotiva ou seja: quem tem a responsabilidade pela negociação, embora seja do nosso interesse directo, são as entidades do Governo da República e nós acompanhamos essas negociações, mas não lhes marcamos o ritmo. O ritmo realmente tem sido bastante abaixo daquilo que nós consideramos desejável.

Quanto ao balanço dos Centros de Saúde Piloto da Ribeira Grande e Praia da Vitória, demonstram que realmente o projecto que está estabelecido, para os Centros da Saúde, é um projecto legal, é um projecto viável, é perfeitamente viável aquilo que está estabelecido legalmente. Estamos na fase de aprovação dos respectivos quadros de pessoal e portanto quanto é possível apreender neste momento, é natural que a evolução seja a evolução que nós esperávamos e que seja possível a tal transformação e a tal nova actuação destes Serviços de Saúde na área dos cuidados primários.

Quanto aos Centros da Saúde de S. Roque e Vila do Porto, devo dizer que o Centro de Saúde de S. Roque já foi autorizada a respectiva abertura de concurso, no último Conselho do Governo. Portanto é um processo que está na sua fase final, antes da construção.

Quanto a Vila do Porto, houve que reconverter o projecto, porque o projecto apresentado pelos projectistas não correspondia àquilo que se entendia dever

ser construído em Vila do Porto. Está neste momento em reconversão esse projecto.

Quanto à ampliação do Centro de Saúde da Graciosa, visa corresponder em áreas que neste momento as instalações actuais não têm condições; visa também instalar, numa residência própria e com condições adequadas, a comunidade de religiosas que, neste momento, reside dentro do edifício do actual hospital concelhio de Santa Cruz da Graciosa.

A nova construção tem portanto áreas essencialmente de urgência, consulta externa e outros apoios desse tipo. Tem num primeiro piso a residência das religiosas. Por outro lado, isso permite-nos libertar espaço no actual edifício.

Como é que o projecto está? Prevê-se a entrega do projecto até ao final do corrente ano.

Quanto a novas funções para o Hospital de Ponta Delgada, neste momento é uma situação que não está totalmente ainda definida; uma coisa estará: o Governo entende que, com a construção do novo hospital em Ponta Delgada, não há nada que justifique a manutenção em funcionamento do antigo hospital. Portanto, em Ponta Delgada vai existir uma única unidade hospitalar que é o novo edifício que se irá construir e vai-se dar a desactivação do actual como hospital.

O que é que esse edifício vai ser? O Governo também tem a opinião de que o actual hospital poderia dar ou daria um bom Centro de Saúde para Ponta Delgada, mas isso passa por negociações que temos que desenvolver com a Santa Casa da Misericórdia, dado que o edifício é propriedade da Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada. Não temos grande necessidade de apressar essas negociações, dado que temos algum tempo ainda à nossa frente.

Quanto à situação de médicos no Hospital da Horta, eu poderia também dar-vos números bastantes precisos e bastante actuais: os médicos no Hospital da Horta eram 12 em 1983; 10 em 84 e 19 em 85. Poderá ter interesse também dizer o número de enfermeiros: eram 21 em 83; 26 em 84 e 32 em 85. Quanto a pessoal técnico de diagnóstico e terapêutica eram: 10 em 83; 14 em 84 e 16 em 85. Há portanto uma evolução sensível, que nos apraz registar nas dotações de pessoal do Hospital da Horta e que nos apraz também, tanto mais registar quando o número desses médicos, cuja presença ainda não se faz sentir totalmente, são internos do complementar, ou seja: estão fazendo a sua especialização, com vista à colocação no Hospital da Horta. Eles são neste momento 11 nessa situação e dirigidos às especialidades que ele mais necessita, o que faz prever o funcionamento em pleno daquele hospital a relativo médio prazo, ou seja a três anos de distância.

De qualquer forma a evolução é sensível neste momento.

Quanto a clínicos gerais o quadro do Hospital da Horta é de 11 elementos e estão neste momento colocados 8, o que corresponde a uma percentagem de 72%, que julgo que será uma situação razoável.

O Faial, em termos de densidade médica, é a ilha que melhor cobertura apresenta na Região, embora tenha carências aos tais níveis de funcionamento hospitalar e de algumas especialidades hospitalares.

Muito obrigado.

Presidente: O Governo dispõe de 6 minutos e tem inscritos ainda seis Srs.

Secretários Regionais. Dá-nos 1 minuto a cada um. Portanto, os Srs. Secretários Regionais é que sabem como é que pretendem gerir o vosso tempo.

(Pausa)

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura (António Maria Mendes): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Tenho um conjunto de questões, que depois noutra ocasião, em maior pormenor poderão ser respondidas. Vou usar apenas 1 minuto para responder a uma questão, que é uma questão importante que preocupa este Governo e os governos que nos antecederam, que é o problema da escolaridade e das suas respectivas taxas.

Os números que nós temos - e que muito brevemente eu vou tentar aqui citar, sob pena também de, naturalmente haver algumas falhas são de certa maneira animadores e tem-se verificado que nos últimos anos essa taxa tem vindo a aumentar. Isto é um problema de filosofia social, se quisermos, porquanto nós sabemos que o grosso dos nossos alunos, ao nível preparatório e secundário, em todas as ilhas da Região provêm de meios rurais e não é um problema exclusivo da Educação, digamos, o evitar a fuga, se é em primeira mão, porque nós diligenciamos para esse efeito através de mecanismos vários, dos quais o mais importante e o que maior papel assume é ao FRASE e não à Acção Social Escolar. Naturalmente que há outros processos e outros órgãos até na Região, ao nível dos Assuntos Sociais, por exemplo, que também contribuem para uma maior sensibilização.

Eu reparo que em 85/86, a taxa de crescimento da escolaridade no preparatório foi de 1,8%. Parece um número modesto, mas, de qualquer maneira, representa um passo relativamente significativo. No secundário, foi de 10,6%.

Por outro lado, em 85/86 frequentaram o ensino preparatório 8.706 alunos, o tal 1,8% mais que no ano de 84/85; no secundário frequentaram 12.316 alunos, mais 10,6% do que no ano anterior.

A Acção Social Escolar é o grande suporte que vem de encontro a este problema, julgo que para 87 há uma verba que está relativamente bem dotada; nós crescemos 115 mil contos de 85/86 para 86/87 na Acção Social Escolar e neste ano que passou foram introduzidas acções suplementares que ascenderam ao montante de 46 mil contos, para fazer face a zonas que estavam altamente carenciadas.

Desculpem não poder ir mais além, mas há outros Srs. Secretários que também desejam falar.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Subsecretário Regional da Cooperação Externa.

Subsecretário Regional da Cooperação Externa (Freitas da Silva): Sr. Presidente. Srs. Deputados:

Eu pedi a palavra para responder a uma questão que foi colocada pelo Sr. Deputado Dionísio de Sousa e que se relaciona com a presença, nas Comunidades Europeias, de funcionários da Região.

A admissão de funcionários às Comunidades Europeias, depende da aprovação em concursos, que são devidamente anunciados e publicados no Jornal Oficial das

Comunidades.

Ao longo de 86 já se realizaram alguns destes concursos, tendo participado alguns açorianos destes mesmos concursos.

Admito no entanto que o Governo não tenha conhecimento da totalidade destes participantes e isto, porque não existe, qualquer obrigatoriedade a estes participantes de informarem as respectivas autoridades. Se querem fazê-lo, fazem-no; se não querem, não o fazem. Trata-se portanto dum opção, exclusivamente pessoal.

De qualquer modo, a aprovação nestes concursos não garante por si só a efectivação do contrato de emprego. Uma vez feita a aprovação é constituída uma lista de candidatos admitidos, lista esta que é geralmente superior às necessidades dos serviços. A selecção é feita posteriormente, de acordo com as necessidades dos diversos departamentos e de acordo com as possibilidades do orçamento da Comunidade. Nesta fase é prática, entre os Estados Membros, de efectuar diligências e de efectuar contactos para que os respectivos nacionais venham a ser, efectivamente, admitidos. Estas diligências foram feitas pelo Governo Regional e neste momento já estou em posição de informar que dois dos candidatos dos Açores aprovados, já foram efectivamente seleccionados. Um deles já se encontra em efectividade de funções já há alguns meses e o outro vai iniciar as suas funções já a partir do próximo ano.

Sr. Presidente, muito obrigado.

Presidente: Os Srs. Secretários Regionais dispõem de 3 minutos e estão inscritos ainda três dos Srs. Secretários.

De qualquer maneira, dou a palavra ao Sr. Secretário Regional dos Transportes e Turismo.

Secretário Regional dos Transportes e Turismo (Tomaz Duarte): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O tempo que me está reservado não dará para responder às perguntas que foram feitas e sem prejuízo de, no debate sectorial, depois fazê-lo. Aproveitaria este momento para responder ao assunto do Porto das Flores, porque todas as bancadas interpelaram nesse sentido e será de certo o mais importante de todos eles.

Ora, o porto estava indicado desde 1983 para ser construído na Baía de S. Pedro. A Comissão Técnica encarregada de estudar as propostas para essa localização, apontaram para a necessidade de fazer um estudo rigoroso à estabilidade da falésia que circunda a Baía de S. Pedro e simultaneamente procedeu-se a um levantamento muito pormenorizado da Baía, porquanto havia informação que a sua irregularidade traria dificuldades à operação dos navios operando sobre ferro para proceder à atracação.

Feitos esses estudos no Verão de 85, conduziram à conclusão de se correrem sérios riscos a implantar o porto na Baía de S. Pedro, quer por razões de ordem técnico-operacional, quer de segurança.

Nesta ordem de ideias, houve que encomendar projectos para as duas hipóteses que restavam a Ribeira da Cruz e as Lajes. Completar o da Ribeira da Cruz, que já existia e fazer um projecto para as Lajes, de que havia um pequeno estudo.



Razões de ordem financeira, facilidades de construção e demora dessa mesma execução, apontariam para que esse porto se localizasse nas Lajes das Flores. Só que o Governo ainda não decidiu, nem nós fizemos qualquer afirmação sobre essa localização. Muito brevemente vai o Governo decidir sobre esta matéria e concerteza que encontrará a melhor solução.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Equipamento Social, que tem apenas 1 minuto.

Secretário Regional do Equipamento Social (Germano Domingos): Sr. Presidente. Srs. Deputados:

Como 1 minuto não dá para responder às perguntas que me foram feitas, eu reservarei para dar as respostas com todo o rigor, quando fizer a minha intervenção.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Trabalho.

Prescinda!

Tem então a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças.

Tem meio minuto.

Secretário Regional de Finanças: (Álvaro Dâmaso): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu reservarei estas duas respostas que tenho, para quando das intervenções dos Srs. Deputados, Alvarino Pinheiro e José Decq Mota e nessa altura eu darei as respostas que ia dar neste momento.

Presidente: Antes de começarmos os nossos debates, eu pedia aos Srs. Presidentes dos Grupos Parlamentares e aos Representantes dos dois Partidos, que viessem aqui à Mesa para combinarmos dois tipos de coisas.

(Pausa)

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS): Eu queria dar uma sugestão: talvez fosse mais prático nós fazermos uma, pequena interrupção, pelo tempo que for considerado mínimo, para reunirmos, na conferência dos líderes ou a algo que se assemelhe a essa figura regimental...

Presidente: Era isso mesmo que eu ia propor aos Srs. Desta forma ficou o problema resolvido.

Interrompemos os nossos trabalhos por 15 minutos e reunimos na sala da Mesa da Assembleia, para uma conferência dos líderes.

(Eram 18.40 horas)

Presidente: Peço aos Srs. Deputados o favor de retomarem os vossos lugares.

(Pausa)

Vamos retomar os nossos trabalhos.

(Eram 19.30 horas)

A Mesa recebe inscrições para o debate.

(Pausa)

Dou a palavra ao Sr. Deputado Carlos César e continuo a receber inscrições, evidentemente.

Deputado Carlos César (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ano após ano, no conjunto há onze anos, o parlamento regional é confrontado com a propositura das intenções governamentais para o ano seguinte. Todos os anos, porém, o Plano e o Orçamento constituem elementos de um folclore protocolar, no qual, à maneira de revista "nacional-comediante", o Plano e o Orçamento simulam ser propostas e os deputados truculentos autores potenciais de uma transfiguração daqueles.

Todos os anos porém, para o Plano e para o Orçamento, os parceiros sociais assistem à ante-estreia com bilhetes pagos, tanto fazendo ao empresário deste espectáculo, que é o Governo, que o público goste ou não, aplauda ou estrebuche, exulte ou critique, porque a peça teatral da ante-estreia só passará a estreia e durante algumas horas neste parlamento. Durante o resto do ano, tem-se visto que esta peça, com o curioso nome de "Plano e Orçamento", numa encenação de Mota Amaral e com a direcção artística e argumento estereotipado de Álvaro Dâmaso, desaparece do teatro político regional. É como quem diz, que a consulta aos parceiros sociais é uma mistificação, porque as ante-propostas são iguais às propostas. É como quem diz, que o debate parlamentar é outra mistificação, porque as propostas são iguais aos documentos aprovados.

É como quem diz, voltando aos caminhos do teatro, que tanto faz, porque o público surrealista de cera, sem voz e sem gesto, será suprido por um "play back", tirado da fragância ou da monumentalidade de um urro colectivo de aplauso, gravado no maior estádio, por ocasião do maior golo.

Que estamos nós a fazer aqui...

Deputado Carlos Teixeira (PSD): Peça de teatro!

O Orador: Por acaso, nessa peça de teatro eu nunca consegui ouvir a voz do Sr. Deputado Carlos Teixeira.

Nem para ponto você serve!

...truncados num espartilho de um debate sem alcance prático, sempre condenados à duplicidade de uma lógica aconstrutiva, que divide irremediavelmente o elogio da crítica, a aprovação da condenação, o concordar do discordar, o voto a favor do voto contra, num processo bipolarizador, onde a ausência da possibilidade de inverter factores, de corrigir programas, de alterar projectos, de discutir com êxito, esbarra na prepotência dos factos consumados, da irreduzibilidade e na imutabilidade.

Frouxa e displicente argumentação tem sido usada pelo Governo para contrariar os poderes que a esta Assembleia deviam ser conferidos para propôr e aprovar alterações ao Plano e Orçamento. Insegurança parece de tal forma pesar nos seus receios, quanto, possuindo ampla maioria parlamentar, aqueles só se

justificam por um justificado receio de si próprio. Por isso, quer o Plano, quer o Orçamento são insusceptíveis de um debate útil da sua especialidade.

Em suma, este não é um momento democrático da vida política dos Açores.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Detenhamo-nos no íntimo do tal público da ante-estreia, os parceiros sociais, e, começemos pelos bilhetes mais caros dessa plateia, inútil para o Governo, ocupada então pelos representantes patronais, com relevo para a Câmara do Comércio dos Açores, para retermos a análise que deles nos chega sobre o Plano para 1987: "o Plano é uma amálgama de objectivos sectoriais, aos quais não é dada a coerência desejada"; "os enunciados e os objectivos são contraditórios com os programas, os projectos e as respectivas dotações".

Passemos ao público que ocuparia os lugares dos bilhetes menos caros, onde se sentariam, na fase de elaboração do Plano, os autarcas açorianos: queixam-se dos termos em que o Plano é apresentado "estabelecendo de forma muito generalizada programas de acção e respectivas verbas, mas sem definição de projectos" - assim pensou a Câmara Municipal da Horta, pelo que informou "que se torna impossível a esta Câmara emitir parecer fundamentado do Plano para 1987". Sentados nos últimos lugares da plateia, ocupada pelos sem "vintém", anotamos: "sobressai o abstraccionismo numa listagem de boas intenções de que está o Governo cheio" - assim pensou a União dos Sindicatos de Angra do Heroísmo. Disseminados pela plateia, os jovens agricultores micaelenses, agrupados numa Associação, denunciam de si para si: "somos de parecer que o presente Plano, consagrando objectivos que a todos se impõem pela sua urgência, não faz deles instrumentos integrados capazes de alterar substancialmente a estrutura da nossa economia e mentalidade". Finalmente, de pé, nos bastidores do teatro, na tentativa esforçada de espreitar para o que se passa nos camarins dos actores, a Comissão de Organização e Legislação: "não se mostra que tenha sido cumprido o artigo 7º da Orgânica do Planeamento (remessa, por parte das Câmaras Municipais, ao Governo, dos Planos de Investimento, nem tão pouco de listagem quantificada dos investimentos que se propõem executar, em 1987), não obstante alguns disporem já de planos plurianuais"; não se poderá dizer, pois, e em consequência, a menos que se abone freneticamente e se apele a um maravilhoso poder de intuição do Governo, que o planeamento regional se conjugue, numa intimidade responsável, com os planeamentos municipais, ou que estes sejam os movimentos de base ou de inspiração daquele, ou sequer, que venham a ser os tentáculos autónomos de um planeamento global articulado nas suas componentes executivas.

Não se poderá dizer que este Plano e este Orçamento, que é, imperativo para o sector público e indicativo para os demais sectores da actividade económica, contenha indicações advenientes das sugestões e pareceres destes, ou venha a constituir indicação do caminho a seguir pelos mesmos. É por isso, antes de mais, um acto de planeamento para o sector público, enfermado, ainda assim, de contradições.

Na verdade, o Plano para 1987, não obstante as melhorias introduzidas na proposta de orçamento quanto ao aprofundamento divisional da distribuição das suas verbas, que é justo relevar, persiste na reincidência de factores negativos quanto à metodologia da sua apresentação, mantendo, de uma forma geral, um desequilíbrio informativo interno, onde as minúcias contrastam com as grandes abstrações; uma resistência ao desdobramento dos programas em projectos, destes em acções e para estas uma clarificação mais rigorosa de dotações financeiras, para que se desfavoreça a possibilidade de uma excessiva liberdade na execução do planeado e do orçamentado; uma concepção demasiado ligeira do planeamento, o qual, por insuficiência, se pode

confundir com um programa de governo; uma concepção de plano anual que quase não diverge, na graduação da sua desagregação, de um Plano a Médio Prazo.

Em alguns dos seus programas, o Plano, face ao Orçamento, bem se pode comparar à relação entre um mau proprietário e a sua caixa registadora, da qual muito se tira e na qual muito se põe, sem uma relação de inteira fidelidade com o que de muito se compra e o que de muito se vende.

Sr. Presidente. Srs. Deputados. Srs. Membros do Governo:

Não se tem questionado que os grandes objectivos mediatos de política para a Região passem pela modernização do nosso aparelho produtivo, pela redução das nossas dependências externas, pela manutenção dos níveis de emprego em condições satisfatórias e pela anulação progressiva das desigualdades no espaço regional. O que se tem criticado é a inconsistência de políticas que persigam esses objectivos, inconsistência essa que os Deputados do PS mais uma vez procurarão alertar de sector para sector, ao longo das suas intervenções.

Outras medidas, algumas reveladoras de um incontido logro intervencionista no tecido empresarial privado, foram anunciados, à margem e na argumentação do Plano pelo Sr. Secretário Regional das Finanças, para conter a degradação da crise da nossa formação empresarial. O anúncio tão firme e peremptório dessas medidas levar-nos-á, certamente, à análise, dentro de 1 ano, dos seus efeitos.

É inegável o determinismo geográfico da insularidade na caracterização e projecção da economia açoriana. Um estudioso dos problemas açorianos confrontou-nos com a reflexão de um outro autor, em combate ao nosso fatalismo, que dizia, a propósito: "evidentemente que há ilhas perdidas no espaço oceânico" entregues às tarefas da sua auto-subsistência e carecidas de uma mão estendida, mas há outras, dizia, "colocadas nas grandes rotas do globo, em ponto de bifurcação dos principais itinerários mundiais", as quais apenas necessitam de tomar consciência da sua função na área que se inserem e tirarem o maior partido disso.

O desafio do nosso determinismo geográfico cedo assentou pelo diagnóstico dos seus custos e pela sua superação pela tutela do país, mas tarde se parece desenhar no sentido da sua real superação e ainda longínqua parece estar a partida para a conquista das suas vantagens. Mas é por aí que nós devemos caminhar, tão cedo quanto possível, expurgando de certa concepção governativa o seu miserabilismo e ajudando-a a adquirir revigorada capacidade no exercício das suas funções, pelo uso, o mais ousado possível, do direito a criticar a visão da governação dos Açores.

Ainda hoje, vimos, nesta perspectiva, procurar-se transformar meros actos decorrentes da existência de governo próprio em êxitos estrondosos, - como se pôde deduzir da intervenção do Secretário das Finanças - pela comparação de incomparável, ou seja, pela comparação da formação económica e social anterior à autonomia, à actual governação resultante de onze anos de exercício de poder político regional.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Tomando algumas pontas soltas para os nossos reparos, algumas de restos já afloradas no período de perguntas e respostas, começaremos por dizer que este Plano representa por vezes o acanhamento da nossa dimensão de política, caseira e compartimentada, desligando os objectivos superiores do desenvolvimento regional da interligação de propósitos que une objectivos de

política sectorial, a título de exemplo, do "Comércio e Abastecimentos" para "Transportes e Comunicações", para "Novos Mercados", para "Formação Profissional", para "Criação de Emprego", para "Novas Indústrias", para a disputa específica no "Mercado Europeu". Não é a despropósito, de resto, que as próprias organizações representativas dos meios empresariais chamam insistentemente para esse facto, e, para o Governo Regional, essa chamada vem, conforme ele designa, do motor essencial da economia açoriana - a iniciativa privada, a qual, aliás, se queixa do grau de execução do apoio às empresas privadas ser irrisório, adiantando os 19% no ano de 1984.

A própria "Promoção do Investimento", reduzida agora nas suas verbas em 27%, vem confirmar o que o PS aqui disse em relação ao mesmo programa de 1986. Os anunciados 2.000 postos de trabalho, no âmbito da decisão do Governo de eleger como principal objectivo do Plano de 86 a promoção do emprego, não serão atingidos, quando a OCDE até preconizava a necessidade da criação de 3.000 postos de trabalho. Para 1986, o Governo preconizou a manutenção da taxa de desemprego ao nível de 85 - não vai conseguir! Sabe-se, aliás, que se obteve a colocação (e não criação de postos de trabalho) de meio milhar de cidadãos em 1983, outros tantos em 1984 e um pouco mais em 1985, os quais, não obtêm, na sua maioria um vínculo contratual definitivo. Sabe-se da evolução da taxa de desemprego até 1985 e estima-se, pela conjugação de vários indicadores, que a tendência crescente se manterá.

Continuando (da metodologia do Plano, dos seus objectivos mais permanentes e dos seus resultados anteriores) o tipo de intervenção a que o processo de aprovação do Plano e Orçamento, já descrito, nos obriga, ter-se-á investido no campo da Energia, nos últimos seis anos, tanto mais do que se investiu nos sectores da agricultura, das pescas e do turismo. Os objectivos para 1987, sendo os mesmos do ano transacto, continuarão a conduzir, presumivelmente, à caracterização anterior do sector que é a de um "péssimo serviço prestado" para os industriais, como para os consumidores domésticos, como no seu peso na formação de custos das empresas regionais.

A consideração desde logo por parte do Governo, da Adesão à Comunidade Económica Europeia como - passo a citar - "uma importante fonte de recursos financeiros", teve a consequência, que ganha actualidade, da continuada impreparação da economia regional e fraca capacidade concorrencial dos seus agentes face ao avolumar das exigências desse espaço, preocupação, tanto mais dominante, quanto a tendência dos recursos financeiros europeus conseguidos se afunilam predominantemente no investimento público e no sector público empresarial, tendo como consequência o retardamento, quiça fatal, dos objectivos de modernização do aparelho produtivo, em benefício isolado das infraestruturas públicas.

Não obstante os progressos assinalados de 85 para 86, que o PS aprecia, não se deixa de referir que os projectos apresentados a concurso dos fundos europeus respectivos estão ainda aquém da sua quota ideal, em especial, e negativamente, no sector agrícola. É, assim, que subscrevemos a crítica formulada pela Comissão dos Assuntos Internacionais ao dizer que "a Proposta do Plano para 1987 é menos clara... pela ausência de um quadro final que desse uma melhor visualização da matéria em causa", ou seja das expectativas de financiamento originárias dos fundos europeus, bem como dos potenciais recursos financeiros para a Região de outras procedências, referindo-se ao caso da Fundação Luso-Americana.

Atentemos, por outro lado, à situação resultante dos Planos nos sectores sociais.

A educação e o ensino registam nos Açores, volvidos dez anos de órgãos de

governo próprio, uma incompreensível capacidade de empreender a sua regionalização e lançar sem tibiezas nem conservadorismos uma orientação no sentido da abordagem da temática regional, como método para uma perspectiva geral, moderna e até universal dos problemas, num plano subordinado aos resultados de um debate público, prévio, sério e com dimensão regional, abrangente de um reajustamento curricular, programático e pedagógico de prestação do ensino nos Açores. Não fora o inevitável esforço, inacabado, que havia a empreender nas infraestruturas físicas do sector, sem radicalismos se poderia dizer que nada se havia feito.

Na própria instituição universitária dizia-se, há pouco tempo, que o responsável nomeado pelo Governo há mais de 1 ano, para estabelecer a ligação da tutela com aquela, nunca visitou a Universidade. O Orçamento da Universidade dos Açores, decepado sob a argumentação de imperativos da política regional em matéria financeira, representa para aquela instituição, como afirmou o seu Reitor em entrevista à RTP recente, o retirar "dos instrumentos que mais se adequavam aos projectos técnico-científicos" necessários à sua dignificação e credibilidade, as quais, diga-se, atravessam uma perigosa crise, a que não é alheia uma significativa deserção no seu corpo docente qualificado, colocado perante impeditivos sucessivos para uma progressão na sua formação científica, ou nos meios para a sua actividade investigadora e exercício de funções.

No plano cultural, as críticas que temos vindo a fazer mantêm-se no seu essencial: o Governo deve resistir à tentação de subsistir o apoio oficial à actividade cultural pelo desenvolvimento de uma cultura oficial. Terá sido esta a divergência que originou a demissão do Director Regional dos Assuntos Culturais? Veremos.

Em todo o caso permitam-nos uma referência aos programas do Plano neste sector, não comentando a visão restrita do Governo em matéria de actividades sócio-culturais que nos é liminarmente sintetizada no Plano no apoio às filarmónicas, nem repisando, simultaneamente, o problema da cobertura televisiva e radiofónica da Região, que o Governo volta a afirmar decorrerem estudos preliminares. Uma referência para o programa nº 7, projecto nº 7.1 (70 mil contos) - Recuperação do património arquitectónico, para dizer que S. Miguel é injusta e insuficientemente dotado com quatro iniciativas, duas das quais constituem trabalhos em curso no Museu Carlos Machado e no Recolhimento de Santa Bárbara, o qual constituirá estrutura integrada naquele. Se o aplauso for para o restauro e adaptação do Colégio dos Jesuitas de Ponta Delgada a Biblioteca Pública, medida que se impunha dada a exeguidade da actual estrutura física da Biblioteca e consequente degradação progressiva do seu serviço, que tem contribuído para justificar uma estratégia governamental deliberada de menorização daquela instituição cultural pública face à sua congénere de Angra do Heroísmo, o protesto, entre inúmeras outras possíveis, dirige-se à não inscrição de qualquer verba para o Convento dos Franciscanos da Lagoa e Igreja anexa, para o qual o Grupo Parlamentar do Partido Socialista já chamou a atenção há mais de três anos, entregando à Secretaria Regional da Educação e Cultura um "dossier" fundamentado sobre o assunto, com a inclusão de documentos fotográficos comprovativos do seu estado de degradação. Ainda ontem foi lido um requerimento do PSD em abono dessa antiga preocupação.

Presidente: Oh. Sr. Deputado, não quero retirar-lhe a palavra, mas quero dizer-lhe que estamos a chegar à nossa hora regimental. Se tem ainda uma longa intervenção, pedia-lhe que a facturasse numa segunda para amanhã.

O Orador: Como deve calcular. Sr. Presidente, eu não poderei facturar uma intervenção que em relação à qual eu fui chamado pela Presidência, para

exercer um direito que me tinha sido justamente dado.

Eu creio que mais 3 ou 4 minutos chegam.

Presidente: Faz favor de prosseguir.

O Orador: É visível assim, que a filosofia que orienta a política do Governo de defesa e melhoramento de imóveis com interesse arquitectónico, utiliza como primeiro critério a distribuição espacial dos investimentos e não a análise pormenorizada das condições específicas do objecto a que se dirige. Ao mesmo tempo que se inscreve uma verba de 400 mil contos para os edifícios da administração regional, que se reproduzem incessantemente (verba que é incluída num programa com a designação benévola de "Equipamento Urbano"), não há qualquer programa específico ou acção prevista que se torne perceptível ser dirigida ao combate sectorial à pobreza, que se faz sentir predominantemente na Ilha de S. Miguel, em freguesias como Rabo de Peixe, S. Roque, Fajã de Baixo, Calhetas, Arrifes, Rosário, Água de Pau ou S. Miguel de Vila Franca do Campo, como igualmente não se prevêem alterações no âmbito da política do Governo para a habitação, numa intencional ignorância pelo ainda presente e recente Relatório da Comissão dos Assuntos Políticos e Administrativos desta Assembleia, é a pergunta.

Para melhor ilustrar a situação da habitação, e fugindo aos "slogans" habituais, sobre a matéria, tomemos por exemplo uma freguesia, que não tem constado das menções permanentes à pobreza e aos problemas habitacionais, para daí avaliarmos uma situação generalizada à grande maioria das freguesias rurais - a freguesia dos Remédios, no Concelho de Ponta Delgada: com um parque habitacional de 305 residências, apenas 235 são habitadas; dessas, 62 são casas de habitação degradada, ou seja, mais de 27%. Das 70 desabitadas, 19 estão em estado deficiente, 20 em mau estado e 11 inabitáveis.

Que tranquilidade e que êxitos pode reivindicar o Governo também neste sector?

Falemos também da Emigração. Os dados correspondentes ao 1º quadrimestre de 1986, a se manterem, sem agravos, poderão significar um acréscimo no ano que agora finda do fluxo emigratório em mais de 40% face a 1984 e de perto de 20% face a 1985, quando o crescimento desse fluxo, já observado em 1985, se cifraria, face a 1984, em mais de 20%. No sector, no Plano para 1987, é mais uma vez a própria Comissão dos Assuntos Internacionais que assinala - passo a citar - "parecer haver um retrocesso na actuação do Governo Regional", tanto mais grave quanto a emigração sempre tem representado uma sonegação dos sectores etários da população potencialmente activa e a sua presença está indissolúvelmente ligada a formações social e economicamente degradadas ou em degradação.

Passaremos por cima do sector do Ambiente, dizendo que, as únicas circunstâncias em que o Governo tem procurado cumprir a lei, referenciam-se nas zonas protegidas do Monte da Guia, no Faial, e das Sete Cidades, em S. Miguel.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Já vai longa esta intervenção. Acabarei, por isso, com uma referência breve à Secretaria Regional da Administração Pública em algumas vertentes das funções que lhe estão reservadas, no que nos parece ser mais justificada uma atitude crítica. Contraporem, por exemplo, aos resultados do propalado apoio técnico da Secretaria Regional da Administração Pública às Câmaras, com a afirmação, da sua responsabilidade, de que os projectos por elas apresentados

são - passo a citar - "deficientes e tecnicamente duvidosos". Denunciamos o fracasso da cooperação financeira, previsto na lei regional, entre a administração regional e a local; denunciámos a falta de inspecções ordinárias na administração regional, numa atitude divergente da usada pela tutela para com a administração local; constatamos que este Governo tomou posse a contestar o actual regime de recenseamento eleitoral e nada fez para inverter a sua tendência de desactualização que já se estima em 10%; verificamos a morosidade na publicação das novas leis orgânicas e quadros de pessoal que eram anunciadas para o corrente ano na sequência da legislação aprovada; constatamos a proliferação de contratados a prazo na função pública, desde instituições culturais a hospitalares, com tempos de serviço de dez anos e mais; alertamos para as deficiências persistentes nas áreas das relações públicas e informação dos utentes da administração.

Sr. Presidente. Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Foi, sem dúvida, o respeito pelos açorianos que em nós confiam, e a nossa confiança indelével na instituição parlamentar, que nos fez envolver em mais este debate, com a exposição das nossas razões.

Inútil tarefa?! Talvez não. À parte do Governo, sempre haverá gente que nos ouça.

Tenho dito.

(Aplausos do PS e do PCP)

Presidente: Srs. Deputados, nós atingimos a nossa hora regimental.

Por consenso entre os Grupos Parlamentares, os nossos trabalhos começam às 10.00 horas de amanhã e a Ordem do Dia é a continuação do debate sobre o Plano e o Orçamento.

Boa noite e até amanhã. (Eram 20.10 horas)

(Deputados que entraram durante a Sessão:

PSD - Borges de Carvalho, João Bernardo Rodrigues; PS - Francisco Sousa).

(Deputados que faltaram à Sessão: PS - José Resendes; CDS - José Ramos Dias).

DOCUMENTOS QUE ENTRARAM DURANTE A SESSÃO

Relatório da Comissão Permanente de Organização e Legislação a que se refere o artigo 33º do Regimento da Assembleia Regional dos Açores.

CAPITULO I

(Generalidades)

1. A Comissão é composta pelos seguintes Deputados:

a) Do PSD

- Jorge do Nascimento Cabral

- Manuel Gil Ávila



- Manuel Valadão

- Renato Moura

b) Do PS

- Carlos Mendonça

- Manuel Goulart

c) Do PCP

- José Decq Mota

2. A Mesa da Comissão mantém a seguinte composição:

Presidente - Deputado Carlos Mendonça

Relator - Deputado Renato Moura

Secretário Deputado Jorge do Nascimento Cabral

3. A Comissão durante o presente ante-período reuniu em plenário, na cidade da Horta, no dia 7 de Outubro e nos dias 10 e 11 de Novembro.

4. Estiveram presentes todos os seus elementos com excepção do Deputado Manuel Gil Ávila, que justificou a sua falta tendo sido substituído nos dias 10 e 11 de Novembro pelo Deputado Fernando Faria.

## CAPITULO II

(Exercício da competência prevista na alínea a) do artigo 28º do Regimento)

A Comissão, na sequência da renúncia ao mandato da Deputada Conceição Bettencourt, verificou os poderes do candidato João de Sousa Braga dando parecer favorável no sentido de que o Plenário verifique os seus poderes.

## CAPITULO III

(Exercício da competência prevista na alínea i) do artigo 28º do Regimento)

A Comissão apreciou e emitiu parecer quanto ao enquadramento jurídico das Propostas de Plano e Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 1987.

## CAPITULO IV

(Trabalhos pendentes)

Não existem trabalhos pendentes.

Horta, 11 de Novembro de 1986.

O Relator: Renato Moura.

Aprovado por unanimidade na reunião de 11 de Novembro de 1986.

O Presidente: Carlos Mendonça.

Relatório da Comissão Permanente para os Assuntos Políticos e Administrativos nos termos do artigo 33º do Regimento da Assembleia Regional dos Açores.

## CAPITULO I

### Generalidades

a) A Comissão Permanente para os Assuntos Políticos e Administrativos é composta pelos seguintes Deputados:

Fernando Faria (PSD), Presidente;

Jorge do Nascimento Cabral (PSD), Relator;

João Carlos Macedo (PS), Secretário;

Gabriela Silva (PSD);

Helder Cunha (PSD);

Carlos César (PS)

José Ramos Dias (CDS).

b) A Comissão reuniu no dia 16 de Setembro de 1986 em Ponta Delgada, onde programou as visitas de trabalho aos Concelhos de Ribeira Grande, Lagoa e Ponta Delgada, na Ilha de S. Miguel, realizadas respectivamente nos dias 17, 18 e 19 de Setembro, deslocando-se, nos dias 20, 21 e 22 ao concelho de Vila do Porto, na Ilha de Santa Maria.

As deslocações de trabalho da Comissão foram objecto de um circunstanciado relatório, em devido tempo tornado público no Plenário da Assembleia Regional.

c) A Comissão reuniu nos dias 6 e 7 de Outubro de 1986, na cidade da Horta, onde apreciou a Proposta de Decreto Legislativo Regional "Actuação dos Municípios em relação aos Estabelecimentos do Ensino Primário", tendo elaborado o respectivo Relatório e Parecer.

d) No dia 14 de Outubro de 1986, a Comissão voltou a reunir na cidade da Horta, tendo apreciado a Proposta de Decreto Legislativo Regional "Reestruturação do Sistema de Protecção Civil", emitindo, igualmente, o respectivo parecer.

e) Em Angra do Heroísmo, a Comissão Permanente para os Assuntos Políticos e Administrativos reuniu nos dias 4, 5, 6 e 7 de Novembro de 1986, tendo analisado a Proposta de "Plano e Orçamento para 1987".

Para o efeito, a Comissão ouviu o Secretário Regional do Equipamento Social, Engº Germano Domingos e, na ausência do Secretário Regional da Administração Pública, o Director da Administração Local, Dr. Pedro Lima, acompanhado pelo Chefe de Divisão, Dr. Fernando Dias, que prestaram diversos esclarecimentos sobre as áreas por que são responsáveis e que se encontram no âmbito desta Comissão Permanente, nomeadamente Urbanismo, Ambiente, Autarquias Locais e Protecção Civil emitindo o respectivo parecer:

f) Nos dias 13, 14 e 17 de Novembro de 1986, a Comissão voltou a reunir em sala própria na Assembleia Regional, tendo apreciado a Proposta de Decreto

Legislativo Regional "Princípios Gerais de Reestruturação e Selecção - Concursos", deliberando emitir o parecer respectivo.

A Comissão analisou, nos dias 14 e 17 de Novembro, "em processo de fiscalização preventiva da constitucionalidade" o Decreto Legislativo Regional N° 26/86 - "Reestruturação do Sistema de Protecção Civil", emitindo, a propósito, o parecer sobre a matéria em causa, que foi aprovado por unanimidade.

## CAPITULO II

### Faltas

Faltaram, justificadamente, nos dias a seguir referidos, os seguintes Deputados:

a) Nas reuniões do dia 14 de Outubro, os Deputados Carlos César e João Carlos Macedo, ambos do PS.

b) No dia 4 de Novembro faltaram os Deputados Gabriela Silva, Helder Cunha, do PSD, e João Carlos Macedo, do PS.

O Deputado Alvarino Pinheiro (CDS), substituiu o Deputado José Ramos Dias (CDS).

c) No dia 5 de Novembro, faltaram os Deputados Gabriela Silva (PSD) e João Carlos Macedo (PS), tendo o Deputado Alvarino Pinheiro (CDS) substituído o Deputado José Ramos Dias (CDS), enquanto que o Deputado José Carlos Simas (PSD), substituiu, durante a manhã, o Deputado Helder Cunha (PSD).

d) Nas reuniões dos dias 13 e 14 de Novembro, faltaram os Deputados Helder Cunha (PSD) e José Ramos Dias (CDS).

O Deputado João Carlos Macedo (PS), foi substituído pelo Deputado Hélio Pombo (PS).

e) Na reunião do dia 17 de Novembro, faltaram os Deputados João Carlos Macedo (PS) e José Ramos Dias (CDS).

O Deputado Helder Cunha (PSD), foi substituído pelo Deputado Jorge Castanheira Cruz (PSD).

## CAPITULO III

### Assuntos pendentes

A Comissão Permanente para os Assuntos Políticos e Administrativos apreciou a Proposta de Decreto Legislativo Regional "Princípios Gerais do Recrutamento e Selecção - Concursos", em fase de elaboração de relatório, e tem em agenda as Propostas de Decretos Legislativos Regionais "Criação e Reorganização de Serviços, Mobilidade e Contenção de Efectivos"; "Criação do Ficheiro Central de Pessoal"; o Projecto de Decreto Legislativo Regional "Reservas Naturais das Baías da Praia, São Lourenço, Anjos e Maia, na Ilha de Santa Maria" e a Proposta de Decreto Legislativo Regional "Regime Jurídico das Reservas Florestais".

Horta, 17 de Novembro de 1986.

O Relator: Jorge do Nascimento Cabral.

Aprovado por unanimidade.

O Presidente: Fernando Faria Ribeiro.

Relatório da Comissão Permanente para os Assuntos Sociais a que se refere o artigo 33º do Regimento da Assembleia Regional dos Açores.

I

1. A Comissão Permanente para os Assuntos Sociais é composta pelos seguintes Deputados:

Do PSD

- Borges de Carvalho
- Cinelândia Sousa
- José Carlos Simas
- Martins de Freitas

Do PS

- José Manuel Bettencourt
- Francisco de Sousa

Do PCP

- José Decq Mota

2. A mesa da Comissão tem a seguinte composição:

Presidente - Borges de Carvalho

Relator - José Carlos Simas

Secretário - Francisco de Sousa.

3. Faltaram à reunião da Comissão, embora justificadamente, os Srs. Deputados, Francisco de Sousa do PS e José Decq Mota do PCP.

4. A Comissão reuniu na cidade de Ponta Delgada na Secretaria Regional do Trabalho no dia 4 de Novembro do corrente ano, e em Angra do Heroísmo, na Delegação da Assembleia Regional dos Açores e Centro de Prestações Pecuniárias da Segurança Social nos dias 5 e 6 respectivamente.

II

A Comissão apreciou e deu parecer sobre:

1. Ofício nº L/452, Proc. 05-02-01 de 15/10/86, de Sua Excelência o Ministro da República para os Açores, sobre o Decreto Legislativo Regional nº 17/86.

2. Apreciação do Plano para 1987, nas áreas da sua competência.

3. Junto dos Srs. Secretários Regionais do Trabalho, Equipamento Social, Educação e Assuntos Sociais, foram pedidos alguns esclarecimentos, sobre a Proposta do Plano para 1987.

4. Proposta de Decreto Legislativo Regional - "Gratificação a atribuir aos responsáveis pela gestão das escolas".

Não ficou nenhum assunto pendente.

Aprovado por unanimidade.

Horta, 6 de Novembro de 1986.

O Relator: José Carlos Simas.

O Presidente: Borges de Carvalho.

Relatório da Comissão Permanente para os Assuntos Económicos e Financeiros a que se refere o artigo 33º do Regimento da Assembleia Regional dos Açores.

## CAPITULO I

(Generalidades)

1 - A Comissão tem a seguinte composição:

Pelo Partido Social Democrata:

Jorge Manuel Castanheira Cruz

Gabriela Silva

António Silveira

Manuel Valadão

Pelo Partido Socialista

Manuel Serpa

Dionísio de Sousa

Pelo Centro Democrático Social

Alvarino Pinheiro

2 - A mesa da Comissão é composta por:

Presidente: Jorge Manuel Castanheira Cruz

Relatora: Gabriela Silva

Secretário: Manuel Serpa.

3 - A Comissão reuniu nos dias 22, 23 e 24 de Setembro na delegação da Assembleia Regional na Madalena do Pico e nos dias 3, 4 e 5 de Novembro na Secretaria Regional das Finanças em Ponta Delgada.

#### 4 - Substituições

1 - Nas reuniões havidas na Ilha do Pico, o Deputado Simas Santos substituiu o Deputado Dionísio de Sousa.

2 - Nas reuniões realizadas em Ponta Delgada o Deputado Alvarino Pinheiro optou por participar nas reuniões da Comissão de Assuntos Internacionais e de substituir o Deputado Ramos Dias na Comissão para os Assuntos Políticos e Administrativos.

#### CAPÍTULO II

(Exercício de competência prevista na alínea b) do artigo 31 do Regimento da ARA)

Nos termos das competências supra referidas a Comissão analisou e deu parecer sobre a Proposta de Resolução tendo em vista a criação de uma Comissão eventual para acompanhamento de todas as acções relativas à implementação da Zona Franca de Santa Maria.

#### CAPÍTULO III

(Exercício de competência prevista na alínea c) do artigo 31 do Regimento da ARA)

Nos termos das competências referidas a Comissão analisou e deu parecer sobre as Contas da Região Autónoma dos Açores referente aos anos de 1976 a 1984.

#### CAPÍTULO IV

(Trabalhos pendentes)

1 - A Comissão pediu prorrogação do prazo de apreciação das seguintes propostas de diploma:

- Proposta de Decreto Legislativo Regional apresentada pelo PCP e que pretende "Estabelecer alterações tendentes a assegurar a plena democraticidade do processo de aprovação e alteração do Orçamento da Região Autónoma dos Açores".

- Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre apoio às "Indústrias essenciais nas zonas carecidas"

Ponta Delgada, 6 de Novembro de 1986.

A Relatora: Gabriela Silva.

Aprovado por unanimidade em 6/11/86.

O Presidente: Jorge Castanheira Cruz.

Relatório da Comissão Permanente para os Assuntos Internacionais nos termos do artigo 33º do Regimento da Assembleia Regional dos Açores.

A Comissão Permanente para os Assuntos Internacionais reuniu, nos dias 6 e 7 de Novembro do corrente ano, nas instalações da Delegação da Assembleia Regional, em Angra do Heroísmo, a fim de apreciar e dar parecer sobre as Propostas de Plano e Orçamento da Região Autónoma dos Açores, para 1987.

Participaram nas reuniões os seguintes Deputados:

- Reis leite (Presidente) - PSD
- José Azevedo - PSD
- Hélio Pombo, exercendo as funções de Secretario - PS
- António Simas Santos - PS
- Alvarino Pinheiro - CDS
- Flor de lima (Relator) - PSD

O Deputado Álvaro Monjardino faltou, justificadamente, às reuniões nos dias 6 e 7, em virtude de se ter deslocado a Lisboa, para participar numa Sessão do Conselho Nacional do Plano.

O parecer elaborado pela Comissão dos Assuntos Internacionais destinou-se a abordar, à semelhança do que aconteceu em anos anteriores, questões específicas no âmbito da Cooperação Internacional, as quais serão tidas em consideração no relatório global que a Comissão dos Assuntos Económicos e Financeiros irá preparar, ao abrigo do artigo 165º, nº 1, do Regimento da Assembleia Regional dos Açores.

Aprovado por unanimidade.

Angra do Heroísmo, 7 de Novembro de 1986.

O Relator: Fernando Flor de lima.

O Presidente: José Guilherme Reis leite.

P'lo Redactor: José Rodrigues da Costa.